



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Faculdade de Direito e Relações Internacionais

Curso de Relações Internacionais – FADIR

ANDREZA FIORIN DA SILVA

**“NEM REVOLUÇÃO, NEM VERDE”: AGRONEGÓCIO E
INSEGURANÇA ALIMENTAR NA AMÉRICA LATINA**

Dourados

2018

ANDREZA FIORIN DA SILVA

**“NEM REVOLUÇÃO, NEM VERDE”: AGRONEGÓCIO E
INSEGURANÇA ALIMENTAR NA AMÉRICA LATINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Me. Tchella Fernandes Maso

Dourados

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S586" Silva, Andreza Fiorin Da
"NEM REVOLUÇÃO, NEM VERDE": AGRONEGÓCIO E
INSEGURANÇA ALIMENTAR NA AMÉRICA LATINA / Andreza Fiorin Da
Silva -- Dourados: UFGD, 2018.
57f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Tchella Fernandes Maso

TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da
Grande Dourados
Inclui bibliografia

1. Agronegócio. 2. América Latina. 3. Segurança Alimentar e Nutricional. 4.
Soberania Alimentar. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 28 de novembro de 2018, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **Andreza Fiorin da Silva** tendo como título “**Nem revolução, nem verde: o agronegócio em detrimento da segurança alimentar na América Latina**”.

Constituíram a Banca Examinadora os professores Ma. Tchella Fernandes Maso (orientadora), Ma. Judite Stronzake (examinadora) e Dra. Verônica Gronau Luz (examinadora).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado APROVADO.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: _____

Assinaturas:

Ma. Tchella Fernandes Maso
Orientadora

Ma. Judite Stronzake
Examinadora

Dra. Verônica Gronau Luz
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Devo à experiência – intensa, louca e desafiadora – da faculdade, a descoberta de uma identidade que eu sempre procurei: a de uma pessoa que pertence ao mundo, não a uma cidade pequena. Lembro-me de falar que queria ir embora desde criança e, num diário antigo, escrevi que meus sonhos eram fazer um intercâmbio e cursar uma universidade federal. Viajar foi um sonho recorrente que se tornou meus objetivos, e puderam ser realizados graças à dedicação dos meus pais, Vera e Jaime, que me incentivaram a buscar meus sonhos e trabalharam muito para me proporcionar uma boa educação. Mãe, sua dedicação, força e afabilidade são exemplos para mim; obrigada por sempre demonstrar interesse em conhecer mais da minha mente curiosa, e incentivá-la. Pai, agradeço por acreditar em mim e por dedicar-se à minha educação, me apoiando nas minhas decisões. Devo muito do que sou a vocês e a toda minha família; Andrey, vó Paula, vô Fiorin, tios, tias e primas... Vocês são pedra sólida, minha fundação, porto seguro onde sei que posso sempre encontrar amor e apoio.

Conheci pessoas maravilhosas nessa jornada, sem as quais minha vida em Dourados não teria o mesmo sentido. Com elas compartilhei todos os momentos, os feriados de família, os cafés, as festas, os desesperos acadêmicos... Muita gratidão às pessoas que dividem comigo a rotina de morar fora e de cuidar da casa, Júlia e Gabriel, que constituíram naturalmente e com muito respeito, comigo e com a Amy, um lar cheio de amor, um recuo. À Amy, minha filha felina, que não pode ler isso, mas que é muito importante e que ajuda com os anseios do início da vida adulta; ela é companhia, risada, carinho e amor.

Às primeiras pessoas que me acolheram nessa vida e na vizinhança, Amanda, Lucas e Luara, eterna gratidão por tudo. Às demais pessoas fundamentais nesse ciclo, em especial Pâmela, Eduardo, Letícia (Poca), Maria Eduarda e Caroline, obrigada pela partilha e cumplicidade. Agradeço aos demais amigos e colegas da faculdade, em especial aos da sétima turma que, diversa e descompassada, me fez aprender imensamente com as diferenças. Aos companheiros do Rotaract Club de Dourados Caiuás, que confiaram em mim a secretaria e a presidência, vocês foram fundamentais para o crescimento do meu senso de responsabilidade. A todas essas pessoas importantes, levarei nossa amizade para a vida; todo encontro será um grande reencontro.

Levo comigo a gratidão pelo privilégio de cursar uma faculdade gratuita e de qualidade. Ao corpo técnico, às copeiras e aos demais responsáveis pela manutenção da estrutura da

Universidade Federal da Grande Dourados, vocês são fundamentais no andamento desta fundação e a vocês, meus agradecimentos. Aos professores e às professoras, obrigada por engrandecer minha percepção do universo através do conhecimento acadêmico e empenhar-se em formar cidadãos – criticamente – pensantes. Em especial, à minha orientadora, professora Tchella Maso; minha total admiração pela sua inteligência, serenidade e amor pela profissão... Obrigada pela dedicação com as suas orientandas, por abrir as portas da sua casa para nos ouvir e por seguir nos ensinando pensamentos que nos libertam.

Entre as crises de não saber o que fazer com um diploma de internacionalista, me ocupei com estágios, trabalho em restaurante e com os pães de mel mais queridos da FADIRI. Gratidão a todas as demais pessoas que caminharam comigo em todas as fases dos quatro anos nessa cidade. Na busca por conseguir entender minhas mudanças pessoais e adquirir autoconhecimento, um agradecimento especial à psicóloga, Annye Souza, que me ajudou imensamente na reta final dessa jornada.

Um dia eu matei aula porque não conseguia parar de pensar em derreter açúcar. Observá-lo se transformando em caramelo, e preferir essa experiência à aula, foi uma reviravolta na minha relação com a vida acadêmica. Então descobri que meu interesse por comida – especialmente seus processos e a relação particular de cada cultura com seu alimento – é uma parte essencial da minha personalidade. Mudar de curso? Foi o primeiro instinto. Mas continuar fazendo Relações Internacionais na UFGD me possibilitou problematizar minhas aptidões, às teorias que havia aprendido. Foi assim que descobri que Segurança Alimentar é assunto de Estado e fiz da monografia uma oportunidade de imergir em um assunto que, certamente, levarei como motivação para seguir o caminho da cozinha. “Cozinhar é um chamado para agir¹” e meu objetivo é fazer da minha futura profissão uma ferramenta de me expressar em oposição ao sistema que opera, buscando conhecer os processos da terra, me aproximar da origem dos alimentos e adotar, pessoalmente, um estilo de vida mais sustentável e em contato com a mãe-natureza.

¹ “Cooking is a call to act” – chef Massimo Botura, *Food for Soul*.

“A civilização que confunde os relógios com o tempo, o crescimento com o desenvolvimento e o grandalhão com a grandeza, também confunde a natureza com a paisagem.”

(Eduardo Galeano)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a insegurança alimentar na América Latina em decorrência do agronegócio, a partir da experiência brasileira. Considerando que concentração de renda e de terras, provenientes do modelo de produção vigente, desempenha um papel fundamental para a insegurança alimentar de pessoas em vulnerabilidade social no continente, serão analisados os contextos e motivações que possibilitaram sua implantação através da Revolução Verde. A dependência herdada do período colonial na América Latina é refletida na sua atual posição da Divisão Internacional do Trabalho, que a concebe como mera exportadora de *commodities* e importadora de produtos manufaturados, inclusive os alimentos industrializados. A globalização possibilitou que o comércio internacional subvertesse o livre mercado em favor dos oligopólios agroalimentares, que controlam grande parte do que comemos hoje, o que configura uma ameaça à soberania alimentar de países mais vulneráveis. Para isso, utiliza-se de dados estatísticos retirados de relatórios e de extensa bibliografia com críticas e sugestões apresentadas por estudiosos da área, norteando as observações a partir de percepções latino-americanistas. Além disso, busca-se defender que a superação desse sistema parte, fundamentalmente, de uma reforma agrária que garanta mais incentivos à agricultura familiar e à agroecologia, modelo de produção comprovadamente mais sustentável e produtivo.

Palavras-chave: Agronegócio; América Latina; Segurança Alimentar e Nutricional; Soberania Alimentar.

ABSTRACT

The present work aims to analyze food insecurity in Latin America due to agribusiness, from the Brazilian experience. Considering that concentration of income and land, originated from the current production model, plays a major part in the food insecurity of people in social vulnerability in this region, it will be analyzed the contexts and motivations that enabled its implementation through the Green Revolution. The dependency inherited from colonial times in Latin America is reflected in its present position in the International Division of Labour, which conceives it as a sheer exporter of agricultural commodities and an importer of manufactures products, including industrialized food. Globalization allowed for international commerce to subvert the free market in favor of food oligopolies, which control the major part of what we eat today, configuring a threat to food sovereignty of more vulnerable countries. To this end, we use statistic data withdraw from reports and an extensive literature with criticism and suggestions presented by researchers from the area, oriented by observations through latin-americanists' perspectives. Furthermore, it seeks to defend that the overcoming of this system snaps off, essentially, from an agrarian reform that ensures more inducements for family agriculture, a model of production demonstrably more sustainable and productive.

Key-words: Agribusiness, Latin America, Food and Nutritional Security, Food Sovereignty.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 A ILUSÃO LATINO-AMERICANA DE DESENVOLVIMENTO.....	14
1.1 O Subdesenvolvimento Como Condição.....	15
1.2 A Perpetuação das Relações Coloniais.....	18
1.3 Indústria (Capitalista) Alimentícia.....	20
2 “NEM REVOLUÇÃO, NEM VERDE”.....	23
2.1 Modernização do Campo e Rentabilidade do Agronegócio.....	23
2.2 A Desigual Concentração de Riquezas dos Latifúndios.....	28
2.3 América Latina e Exportação de <i>Commodities</i>.....	30
2.4 Brasil: O “Celeiro do Mundo”.....	33
3 OS DESAFIOS DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	37
3.1 Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: conceitos e contextos.....	38
3.2 Oligopólios e a Universalização dos Padrões de Consumo	42
3.3 Como Superar a Insegurança Alimentar?.....	47
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54

INTRODUÇÃO

A culinária é a maneira como cada povo interpreta os ingredientes geograficamente disponíveis e os traduz na cozinha, inspirados pelos seus costumes e sua cultura. Entendendo a alimentação como um direito humano vital, fica claro como a dominação da indústria alimentícia de países subdesenvolvidos caracterizou-se como uma importante ferramenta de manutenção das relações essencialmente coloniais da contemporaneidade

A influência que países da Europa e, principalmente, os Estados Unidos da América tiveram na América Latina (AL), através da propagação ideológica de que o melhor estilo de vida era o “americano”, deu-se, principalmente, através da entrada de multinacionais no setor agroalimentar, que intensificaram a dependência desses países e deterioraram sua segurança alimentar. A contextualização dos desdobramentos que levaram a América Latina ao subdesenvolvimento e, à conseqüente posição de dependência no Sistema Internacional (SI), nos levam à época colonial. Caracterizada pela intensa exploração dos recursos naturais do continente e pela destruição da vida nativa (através do próprio genocídio indígena, e também do completo desdém pela natureza), a colonização é a origem maior da pobreza da AL. O subdesenvolvimento será considerado como produto da herança colonial de um sistema capitalista essencialmente desigual, ou seja, a condição latino-americana não será tratada como um “pré-capitalismo” ou fase prévia ao desenvolvimento pleno.

O que a evolução do sistema capitalista tem a ver com a fome? Talvez tudo. Essa condição latino-americana se expressa hoje na sua posição como exportadora de *commodities*, conseqüentemente com uma dependência econômica e estagnação de seu crescimento, configurando uma manutenção da ordem de poder antes vigente. A discussão acerca do desenvolvimento de alguns países em detrimento de outros deve considerar o momento em que os países começam a se especializar em produções cada vez menos diversificadas, estabelecendo uma interdependência complexa que prejudica países fundamentalmente agrícolas, visto que países capazes de desenvolver sua tecnologia exportam produtos de valor agregado mais alto (manufaturados), enquanto países subdesenvolvidos recebem investimentos externos para produzir itens de menor valor agregado (produtos primários).

Por “investimentos externos” entende-se o pacote tecnológico, vendido como Revolução Verde (RV), que prometia maximizar a produção de alimentos básicos para acabar com o problema da fome. Através da mecanização do campo e desenvolvimento de novas

tecnologias (bioquímica e genética, por exemplo), defendia-se que a união da agricultura com a indústria (a agroindústria) era necessária para produzir a quantidade de alimentos necessária, já que a população mundial crescia em velocidade acelerada.

O “desenvolvimento” do campo configurou um fenômeno intensificador da miséria. O agronegócio expulsa o pequeno produtor do campo, e concentra renda e terra, ocasionando uma desigualdade que se traduz em êxodo rural e aumento da pobreza nas cidades, contribuindo para o aumento de pessoas com fome. Sendo o Estado o responsável por garantir Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)², ela está ameaçada, visto que os governos de países como o Brasil, garantem que os latifundiários estejam no cerne das decisões legais do país, persistindo a ação do *lobby* do agronegócio na maneira com a qual a agricultura é manejada.

O Estado deveria controlar todas as políticas agroalimentares visando o bem de sua população, mas a globalização permitiu que agentes internacionais pudessem controlar a alimentação, através da influência em mercados de países essencialmente agrícolas. A homogeneização das nossas culturas através da globalização permitiu que o sistema capitalista se apossasse da alimentação, através da universalização dos padrões de consumo, e ele a transformou em um item mercantil extremamente lucrativo. Mas o que são regimes alimentares? Quais são as influências que os oligopólios agroalimentares têm na nossa alimentação? A quem eles servem?

Partindo do pressuposto de que não nos é garantido plenamente o direito à segurança alimentar e nutricional, surgem indagações sobre a origem da nossa comida e as características mercantis que a indústria incorporou na alimentação, modificando-a radicalmente. Se erradicar a fome foi a justificativa para produzir em larga escala, por que o agronegócio é mais um maximizador de lucros do que um garantidor da segurança alimentar? Como o agronegócio influencia na universalização do padrão do consumo? Como a padronização do consumo relaciona-se com insegurança alimentar? Apesar de tudo, é possível produzir de maneiras sustentáveis?

² Em 2006, foi sancionada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Apelidada como LOSAN, a lei (nº-11.346) define que “a alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população”. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2016/setembro/losan-e-indispensavel-a-realizacao-de-direitos-consagrados-na-constituicao-federal>

O presente trabalho vai, então, relacionar a insegurança alimentar da América Latina – especialmente do Brasil – com o agronegócio. Isso será feito através da análise dos contextos que levaram à instauração nesse novo modelo de produção ao campo por meio de novas tecnologias agrícolas e químicas, classificadas no que se chamou de Revolução Verde. Considerando o fato de que a modernização dos campos de países subdesenvolvidos foi financiada por países que tinham o interesse de expandir seus mercados, fica claro como a dominação da agricultura é uma das maneiras com a qual as relações internacionais atuais refletem em relações entre metrópole e colônia.

1 A ILUSÃO LATINO-AMERICANA DE DESENVOLVIMENTO

Quando encaramos o subdesenvolvimento da América Latina como mero resultado de incompetência, além de subestimá-la, nos esquecemos de que exploração e subordinação são características crônicas dessa região. A colonização das Américas determinou o novo lugar que a Europa ocuparia no mundo³, baseando essa nova empreitada na violenta dominação e encobrimento⁴ do outro - bárbaro e incivilizado - cujo atrasado deveria ser superado com a modernidade europeia (DUSSEL, 1993). Desde o encobrimento das Américas, as relações com as metrópoles baseavam-se em exploração – especialmente de recursos minerais e de matérias-primas. Por que, séculos depois, o teor das relações com países do centro é fundamentalmente o mesmo?

O subdesenvolvimento não está relacionado às instituições arcaicas ou ao déficit de capital nessas regiões. Ele é a consequência de um mesmo processo histórico que beneficia uns e marginaliza outros, o que caracteriza o próprio desenvolvimento do sistema capitalista. O atual subdesenvolvimento latino-americano, ou seja, sua posição inferior na cadeia produtiva hierárquica, tem então raízes profundas em sua história de colonização exploratória e “é o resultado da participação de séculos no processo de desenvolvimento do mundo capitalista” (GUNDER FRANK, 1966, p.21).

O objetivo deste capítulo é mostrar a condição dependente da América Latina no sistema, através de perspectivas latino-americanistas, especialmente as cepalinas⁵, em oposição à perspectiva de que o subdesenvolvimento é uma fase prévia ao desenvolvimento⁶. Ao analisar a América Latina na época colonial, podemos encontrar muitas semelhanças com o papel atual que ela exerce nas relações internacionais. Considerando que essas relações são frutos de uma herança colonial escravocrata, eurocêntrica e patriarcal, é possível associar porque o continente⁷ não é capaz de garantir sua segurança alimentar e nutricional, visto que sua soberania não é defendida com a mesma avidez com que são os interesses do agronegócio e dos oligopólios alimentares.

³ Na configuração mundial antes das navegações, a Europa era periferia do mundo muçulmano (LEITE, 1994).

⁴ 1492: o encobrimento do outro. A origem do "mito da modernidade" - Enrique Dussel

⁵ Fruto de pensadores da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), que buscou incentivar a produção de um conhecimento científico latino-americano que pudesse auxiliar no desenvolvimento econômico da região.

⁶ Contrariado por essa concepção de que países periféricos poderiam ser desenvolvidos através apenas do crescimento econômico, Celso Furtado (1961) caracteriza o subdesenvolvimento como um subproduto do sistema capitalista, e não como uma fase do desenvolvimento.

⁷ E também Ásia e África.

1.1 O subdesenvolvimento como condição

Para entender como se configurou esta ordem desigual entre os países, é essencial que voltemos ao contexto da chegada dos europeus na América em 1492, fato que modificou para sempre a vida (e a morte) no continente. O encobrimento do outro baseou-se na concepção de que a Europa era o símbolo da modernidade, e que deveria civilizar “os índios” (atrasados e bárbaros) através da dominação (LEITE, 1994). O mito da modernidade, cunhado por Dussel (1993), refere-se à justificativa das barbáries da colonização como medidas necessárias para o desenvolvimento e emancipação desse povo incivilizado,

declarando-o causa culpável de sua própria vitimação e atribuindo-se ao sujeito moderno plena inocência com respeito ao ato sacrificial. O sofrimento do conquistado (colonizado, subdesenvolvido) será o sacrifício ou o custo necessário da modernização (CORREA LEITE apud DUSSEL, 1994).

Considerando que a exploração colonial da América Latina foi fundamental para a acumulação de capital (através do fornecimento de recursos necessários para desenvolver as metrópoles), é incoerente pensar que o continente pode desenvolver-se em um sistema que busca perpetuar a mesma manutenção de poder e dependência dos países subdesenvolvidos.

A maioria das teorias sobre desenvolvimento é formulada a partir das experiências de países da Europa e dos EUA, e não leva em consideração a história econômica de países em situação de subdesenvolvimento, nem tenta diagnosticar suas causas. Para Gunder Frank (1966), as histórias – individuais e peculiares – de cada país são ignoradas ao considerar que o subdesenvolvimento é fase prévia do desenvolvimento, e que, com uma fórmula determinada, todos os países que seguirem o plano de desenvolvimento ocidental capitalista conseguiriam alcançar o desenvolvimento pleno.

Outra concepção equivocada e perversa das teorias de desenvolvimento é de que a condição de subdesenvolvimento de alguns países está intrinsecamente ligada aos seus aspectos culturais, políticos e sociais. Essas mesmas concepções falham por não relacionarem o subdesenvolvimento da contemporaneidade à dependência histórica das relações metrópole-colônia, que se perpetuam até os dias de hoje.

Alguns teóricos afirmam que a dualidade das sociedades nacionais permite que a burguesia se desenvolva em um capitalismo moderno e as camadas sociais mais pobres, padeçam sob um sistema pré-capitalista feudal. Pelo contrário, Gunder Frank (1966) acredita

que até as camadas sociais mais distantes das relações com países desenvolvidos do SI sofrem as consequências de um capitalismo global⁸ e desigual.

Para Ruy Mauro Marini (1973), a economia da América Latina, bem como seu desenvolvimento, muitas vezes é tratada como falha e insuficiente, e que a região estaria em um pré-capitalismo. Esse discurso implica que países “pré-capitalistas” podem chegar ao mesmo patamar de desenvolvimento dos países do centro e isso é irreal. As regiões, que fazem parte do sistema capitalista como sua periferia, são essenciais para os ciclos de acumulação capitalista, não só porque nela é produzida a maioria da matéria-prima (incluindo a extração de minérios), mas também porque um dos pilares do sistema é a desigualdade; só existem países ricos porque existem países pobres. O caminho do desenvolvimento não é linear e o desenvolvimento capitalista, inclusive, apoia-se por um “capitalismo dependente latino-americano” (MARINI, 1973, p. 376).

O autor busca entender qual foi a dinâmica de formação do capitalismo dependente da América Latina, pautado, principalmente, pela vinculação ao mercado internacional e à deterioração da força de trabalho dessa região (MARINI, 1973).

Não é porque abusos foram cometidos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente fracas, é porque eram economias fracas que se abusou delas. Nem sequer porque produziram mais do que o necessário que sua posição comercial se deteriorou, mas sim porque a deterioração comercial as forçou a produzir em maior escala (MARINI, 1973, p. 381).

O desenvolvimento no SI é desigual porque os países do centro enriquecem a custa dos excedentes dos países periféricos. Segundo Theotonio dos Santos (1967), o capital proveniente das intensas atividades exportadoras dos “países atrasados” se converte na modernização da própria estrutura colonial, que se perpetua. “O subdesenvolvimento é um produto de uma situação mundial que se explica pela expansão do capitalismo no mundo.” (p. 299) O autor afirma que o subdesenvolvimento não é uma etapa anterior do capitalismo, mas é um resultado deste. O capitalismo dependente é então uma forma de desenvolvimento, visto que estruturas internas estão condicionadas ao lugar de dependência internacional (SANTOS, 1967).

O capitalismo se desenvolve de maneiras diferentes nos países, pois o desenvolvimento, segundo José Nun (1969), é “desigual e combinado”. Não há

⁸ Termo cunhado por Celso Furtado, em 1998, refere-se à integração econômica dos países através dos mercados financeiros, que transformam grande parte das relações monetárias em transações virtuais, contribuindo para uma concentração de poder.

desenvolvimento sem subdesenvolvimento. A revolução agrária, por exemplo, foi fundamental para o desenvolvimento do Japão e de países da Europa Ocidental, mas esse desenvolvimento não chegou plenamente na América Latina, pois quando a revolução agrária aconteceu aqui, o objetivo não era que o capital excedente permanecesse para desenvolver outras porções da economia, mas que continuasse enriquecendo o centro.

Theotonio dos Santos (1967) reitera que “a dependência é uma situação condicionante” (p. 302). A partir disso, é possível afirmar que os países centrais crescem em detrimento do atraso dos países dependentes, e essa dominância é crescente no sentido de continuarem dependentes porque o centro pode impor cada vez mais condições de exploração. Essa dominância crescente se explica principalmente pela Divisão Internacional do Trabalho (DIT), que delimita quais países serão/permanecerão desenvolvidos e quais, não. O autor esclarece a dependência como:

[...] uma situação histórica que configura certa estrutura da economia mundial, que favorece o desenvolvimento econômico de alguns países em detrimento de outros e determina as possibilidades de desenvolvimento das economias internas (SANTOS, 1967, p. 304).

Ao reconhecer a importância da interdependência econômica dos países, Marini (1973) explica o papel da América Latina na DIT, que é prover produtos alimentícios (e outros produtos primários) aos países desenvolvidos, vitais para essas populações e para fazer crescer essas economias. “Mediante sua incorporação no mercado mundial de salário de bens, a AL desempenha um papel significativo na mais-valia relativa nos países industriais” (p.379). Esse excedente latino-americano, que é deslocado para os centros, é fruto, da exploração e desvalorização da força de trabalho, traduzida pela mais-valia.

A economia exportadora é, então, algo mais do que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que são próprias dele. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia, e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional (MARINI, 1973, p. 392, tradução nossa).

A mais-valia, efeito da superexploração do trabalhador⁹, é um termo essencial para compreender os motivos da dependência econômica da América Latina. Marini (1973) afirma então que “o aumento da capacidade produtiva do trabalho acarreta um consumo mais do que proporcional de matérias primas” (p. 379) Na agricultura, essa exploração da força de trabalho se traduz em um capital maior sem custos adicionais, sendo que essas matérias-primas são extraídas da natureza, sem a menor exigência de preservá-la; sem reparações aos prejuízos sofridos pela terra.

1.2 A perpetuação das relações coloniais

Coube à América Latina o papel de produtora de alimentos e matérias-primas para abastecer os grandes centros. Esse papel dificultou a possibilidade de industrialização, pois industrializar países que se especializam em produtos primários não é uma prioridade. Sendo assim, a maior parte do capital produzido em terras latino-americanas não permaneceu na região, pois, ao mesmo tempo em que a exportação de matérias-primas era lucrativa, os países precisam importar produtos manufaturados de maior valor agregado.

Segundo Raul Prebisch¹⁰ (1949, p. 185), os salários dos empresários do norte aumentam enquanto os dos produtores primários da periferia se comprimem para pagar essa diferença. Logo, os grandes centros retêm o fruto das aplicações técnicas em suas próprias economias e conseguem ainda captar uma parte do produto, resultado do modesto progresso técnico da periferia.

Para Aníbal Pinto (1965), um dos modelos de crescimento dominante na América Latina era o “modelo primário-exportador¹¹” o qual permitia que os locais que mais

⁹ Marini explica que a incorporação da América Latina no comércio internacional significou a possibilidade de retirar mais-valia da região através da intensificação da produção e da exploração da força de trabalho. Assim, o interesse do mercado por essa mais-valia contribuiu para manter a AL em sua posição de subdesenvolvimento através de três mecanismos: “a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a exploração de parte do trabalho necessário ao trabalhador para repor sua força de trabalho” que “configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva.” (1973, p. 385)

¹⁰ Economista argentino que contribuiu para as teorias da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) sobre o desenvolvimento da região. “Foi através do ciclo econômico que Prebisch deslumbrou o sistema de relações internacionais denominado centro-periferia, designando os Estados Unidos como principal “centro cíclico” e os países latino-americanos como “periferia” do sistema econômico mundial. Ou seja, o movimento cíclico da economia foi a origem deste sistema centro-periferia.” (Couto, J. M., 2007, p.61) Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n1/a03v16n1>

¹¹ De acordo com Aníbal Pinto, há algumas condições essenciais que permitem “a maior disseminação de lucros de produtividade: a) domínio nacional das exportações; b) menor concentração do capital gerado pelo setor exportador; c) maior participação do Estado nessa arrecadação; d) maior dependência das atividades de

favoreciam as atividades de extração tivessem os seus recursos naturais e força de trabalho mais explorados. Um lugar que tem essa lógica marcada na história é Potosí¹², na Bolívia, cujo título de maior fornecedor mundial de prata (nos séculos XV e XVI) foi substituído pela miséria, após duzentos anos de exploração (GALEANO, 1976). A Bolívia é hoje um dos países mais pobres do mundo, e o Cerro Rico, que antes forneceu prata para os burgueses da metrópole, hoje é uma montanha oca, perfurada por todos os lados, onde ainda há mineiros que se arriscam para arrancar um pedacinho de prata, ou de estanho, com a esperança de mudar seus destinos.

Outro modelo descrito por Pinto (1965) é o “desenvolvimento desde dentro¹³” o qual explica que dentro dos países há regiões que se desenvolvem tecnicamente e retêm mais capital do que as outras regiões. Esses desníveis dentro de países latino-americanos são entraves para que a economia nacional cresça, pois, além de o *per capita* abaixar, as estruturas sociais do país são formadas por essas condições econômicas, que polarizam a população em vários setores. O mesmo que acontece em nível internacional de concentração de capital nos centros industriais, acontece nacionalmente (especialmente nos países da América Latina), e a acumulação crescente é focada apenas a determinadas áreas.

No Brasil, por exemplo, duas regiões foram intensamente exploradas para a produção de matéria-prima, mas de maneiras díspares, o que ocasiona uma realidade desigual atualmente. No nordeste, o cultivo do açúcar fez crescer os grandes latifúndios do trabalho escravo e, por isso, não restaram riquezas na região. Já na região centro-sul do país, onde o café foi a cultura mais explorada (principalmente no estado de São Paulo), a mão de obra imigrante era remunerada, o que possibilitou a criação de um mercado consumidor interno; uma oportunidade de crescimento e o aparecimento de outras atividades (PINTO, 1965).

O desenvolvimento das economias latino-americanas, segundo Theotonio dos Santos (1967), é limitado pelas estruturas fundamentais do sistema, como a dependência do comércio de matérias-primas para o centro industrial internacional. Esses países puderam, mais atualmente, adotar uma política que beneficiasse sua economia local, como a restrição cambial, melhorando o poder de barganha com países que necessitam desses produtos.

exportação sobre os insumos ou abastecimento de origem interna; e) riqueza dos recursos e disponibilidade e custo da força de trabalho.” (p. 191) Tradução nossa.

¹² Em *As Veias Abertas da América Latina* (1976), Galeano usa a cidade boliviana como um dos exemplos da miséria causada pela extração criminosa de recursos naturais tão ricos: “Em Potosí a prata levantou templos e palácios, mosteiros e cassinos, foi motivo de tragédia e de festa, derramou sangue e vinho, incendiou a cobiça e gerou desperdício e aventura.” (p. 32) “Esta cidade condenada à nostalgia, atormentada pela miséria e pelo frio, é ainda uma ferida aberta no sistema colonial na América; uma acusação ainda viva.” (p. 44)

¹³ “*Desarrollo hacia adentro*”.

Reiterando que o poder é assimétrico, os centros hegemônicos têm o poder de abaixar o preço das *commodities* enquanto aumenta o preço dos manufaturados e produzem até materiais sintéticos que substituem a matéria-prima da América Latina, a fim de controlar os preços.

Inspirado por Prebisch, Aníbal Pinto (1985) discute as razões pelas quais países industrializados retêm toda riqueza produzida. Além disso, o porquê desse capital e progresso técnico ficarem apenas nesses países ao invés de serem distribuídos – ou devolvidos – para países da periferia. A periferia é essencial no ciclo econômico, porque fornece mão-de-obra e, principalmente, matéria-prima¹⁴. O autor então busca fazer uma análise entre as teorias de Prebisch e Rosenstein-Rodan¹⁵, pois, para ele, as considerações de Rosenstein-Rodan “a respeito da concentração de capital e progresso técnico nos países centrais” e a teoria de Prebisch sobre a retenção de riqueza por estes “são lados de uma mesma moeda” (PINTO, 1965, p. 189). Ou seja, a retenção de riquezas e a concentração de capitais, advindos da exploração da América Latina, são alicerces do desenvolvimento técnico dos países do centro. O ingresso de novas empresas estrangeiras em países subdesenvolvidos, as quais levam capital gerado pelo mercado consumidor interno para os grandes centros, foi um motivo que impediu a queda do preço dos produtos primários quando sua produção aumentou (SANTOS, 1967).

1.3 Indústria (Capitalista) Alimentícia

Os ciclos econômicos do sistema capitalista têm como uma das principais fontes de lucro a indústria alimentícia, a qual também concentra muitos lucros, e tem o poder de mudar severamente cenários sociais, políticos e econômicos. Cristobal Kay (1995) demonstra que as corporações transnacionais agrícolas (CTA) são peças fundamentais na elitização do campo, pois padronizam os produtos de acordo com regras do “primeiro mundo” (p. 863).

A mudança no padrão de consumo das populações latino-americanas contribuiu para que a padronização de produtos alimentícios crescesse em detrimento da Soberania e da Segurança Alimentar, que serão conceituadas posteriormente no corpo deste trabalho. Ao

¹⁴ As colônias tiveram suas economias baseadas na exportação; seja de ouro, prata e produtos tropicais (como tabaco, cacau, banana...) quanto matérias-primas e produtos agrícolas posteriormente (cana-de-açúcar, café, soja...). O objetivo sempre foi – e ainda é – abastecer os centros hegemônicos com a produção primária.

¹⁵ Economista polonês, Rodan foi consultor de desenvolvimento dos governos da Venezuela, Índia, Chile e Itália, professor da Universidade de Boston até sua morte (NYTIMES, 1985), foi propulsor da teoria do *Big Push*, a qual basicamente implica que uma economia industrial se beneficia quando investe no desenvolvimento de várias economias externas de uma vez, pois assim consegue concentrar o capital excedido de toda essa mais-valia.

alterar o padrão de consumo dessas populações por controlar qual tipo de alimento elas podem ter acesso, essas corporações transnacionais agrícolas exercem domínio sobre os pequenos agricultores e, conseqüentemente, sobre todo o mercado. A realidade de cada país latino-americano modifica um pouco as peculiaridades dos impactos das mudanças no campo; entretanto, os fenômenos de concentração de terras, êxodo rural, desigualdade socioeconômica, entre outros, são similares e recorrentes na maioria deles.

A modernização do território rural latino-americano nos anos 1970 e 1980, impulsionada por demandas externas, fez com que os governos ajudassem com subsídios para a modernização do sistema, mas os pequenos produtores que não tivessem condições de comprar maquinário, e que não conseguissem acompanhar as transformações do campo, perderam terras e migraram para as cidades. (KAY, 1995) Isso revela um dos traços da herança colonial presente na questão fundiária, pois os grandes fazendeiros puderam ser ao mesmo tempo grandes latifundiários e capitalistas industriais.

A reforma agrária deixou como legado, principalmente a transformação da terra em instrumento de exploração do sistema agrícola capitalista. As reformas agrárias mais radicais terminaram ou em contrarreforma, ou em golpe militar.

As políticas neoliberais, implementadas com vigor crescente na AL, resultaram em uma retirada do apoio do setor camponês. A liberalização da terra, da mão-de-obra e dos mercados financeiros aumentou a competência internacional, e a campanha de fomento às exportações beneficiou os que têm acesso aos recursos técnicos, de informação e de capital, e ao mercado. Quem tem pouco ou nenhum acesso a esses recursos continuam marginalizados (KAY, 1995, p. 870).

Segundo Kay (1995), as relações das forças de trabalho¹⁶ mudaram, e a relação entre latifundiário e camponês baseia-se cada vez mais em “novas formas de exploração e subordinação” (p. 871). A modalidade dos empregos também mudaram, muitos camponeses deixaram de morar nas fazendas e de ter salários fixos para, muitas vezes, trabalharem apenas na safra, o que resultava em trabalhos com menos direitos, menos flexibilidade e mais dependência para com o patrão. Nos anos 1990, mais de 25% da população agrícola economicamente ativa de países da América Latina residia em áreas urbanas, enquanto que a proporção da população rural empregada em atividades agrícolas continuava aumentando. (p.

¹⁶ O ingresso da força de trabalho feminina nas indústrias e comércio também tem papel importante, pois uma vez que as mulheres ficam menos em casa e têm menos tempo de se dedicar à cozinha, produtos processados, abordados mais profundamente adiante, entram nas casas para poupar o tempo de mulheres que agora têm dupla jornada de trabalho, já que o trabalho doméstico continua sendo uma responsabilidade principalmente feminina.

878) Essa população configura os semiproletariados, pois dificilmente encontram-se empregos permanentes nos latifúndios ou nas cidades. Eles então se transformam em mão-de-obra barata – e substituível – para os capitalistas agrícola-industriais.

A causa principal da pobreza rural é estrutural, e está relacionada com a distribuição desigual das terras e o aumento da proporção de camponeses semiproletários e sem terras. Para atacar as causas profundas da pobreza vai demandar uma redistribuição substancial das terras e importantes inversões, aumentando as oportunidades de emprego, e melhorando a produtividade agrícola, principalmente dos pequenos produtores, facilitando assim salários e associações mais altas para os camponeses (KAY, 1995, p. 881).

A proporção de pessoas em situação de pobreza continua sendo mais alta no campo em toda a América Latina. Essa “redistribuição substancial das terras”, segundo Cristóbal Kay (1995), deverá partir da organização dos próprios camponeses e pequenos produtores, pois os governos estão mais preocupados em diminuir a pobreza urbana do que interferir em um problema de pobreza estrutural.

A internacionalização da indústria alimentícia pressionou a América Latina e promoveu profundas mudanças no cenário agrário desses países. A modernização do campo selecionou quem poderia ter a maior quantidade de terras de maneira desigual, e promoveu um intenso êxodo rural. Essa situação fez crescer as periferias das cidades e, com elas, o desemprego do camponês. Estes agora estão condicionados a trabalhar periodicamente a baixíssimos salários, enquanto não têm condições de possuir terras que possam competir com o mercado agropecuário. Quem antes produzia todo alimento, hoje vive em situação de insegurança alimentar por não conseguir ingressar justamente no novo modelo de produção vigente que, além de mecanizado e tecnológico, é altamente excludente e arbitrário.

2 “NEM REVOLUÇÃO, NEM VERDE”

É responsabilidade do Estado garantir a alimentação da população, assegurando os meios para produzir comida suficiente e uma logística efetiva, para que as pessoas possam ter acesso a alimentos de qualidade em quantidade adequada.¹⁷ Sobretudo, ao identificar o agronegócio como modelo de produção atual, e como a influência estatal foi importante para inseri-lo na sociedade, é preciso apontar as disfuncionalidades de seus métodos, a insuficiência de seus resultados e a omissão de informações a seu respeito.

Observando o contexto no qual o agronegócio foi inserido nos países do Sul Global¹⁸, é possível identificar, através da Revolução Verde, características coloniais na implantação de novas tecnologias no campo. Longe de ter gerado os resultados condizentes com seus objetivos iniciais, garantiu a manutenção de uma situação de dependência, especialmente latino-americana, para com os países do centro.

Nesse segundo capítulo, serão analisados o contexto histórico e as motivações internacionais que propiciaram a instalação deste modelo de produção na América Latina. Desta forma, será possível identificar como os responsáveis pela implantação do agronegócio, especialmente no Brasil, inseriram tal modelo de maneira sistemática, transformando-o em um poderoso concentrador de terra e renda. Será possível mostrar como o agronegócio vem falhando miseravelmente na erradicação da fome (apesar de defender o contrário), correlacionando a modernização do campo com o aumento das desigualdades, fator que propicia uma crise na segurança alimentar de muitas famílias.

2.1 Modernização do Campo e Rentabilidade do Agronegócio

A preocupação generalizada dos países desenvolvidos com a fome na periferia do sistema surge principalmente após a Segunda Guerra Mundial quando países do Norte Global, especialmente os EUA, tiveram como objetivo investir seu poderio tecnológico – até então utilizado na indústria bélica – em máquinas e produtos químicos para modernizar a agricultura

¹⁷ A PEC 047/2003, aprovada em fevereiro de 2010, altera o artigoº 6 da Constituição e constitui a alimentação como direito social. Renato Maluf, presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) na ocasião, afirmou que a lei retira a obrigação da alimentação a um governo ou outro, mas faz dela um dever de Estado, que deve ser contínuo e que deve contar com a participação da sociedade. (Acesso em: planalto.gov.br)

¹⁸ Boaventura de Sousa Santos cunha o termo em 1995, e refere-se à construção hierárquica (econômica e até cultural) dos países do Norte em relação aos países do Sul, que por sua vez são a classe dos subdesenvolvidos. É importante ressaltar que existem países do Sul Global no norte geográfico e vice-versa.

(ANDRADES e GANIMI, 2007). Defendia-se que a implantação do pacote tecnológico nos países do Sul Global levaria ao campo tecnologia adequada para maximizar a produção. Surge então a Revolução Verde, caracterizada, principalmente, pela implantação de técnicas agrícolas inovadoras que nunca haviam sido usadas no campo.

A chegada de máquinas agrícolas (tratores, colheitadeiras, pulverizadores, etc.), agrotóxicos (inseticidas, herbicidas, pesticidas, etc.) e sementes geneticamente modificadas revolucionou a relação do agricultor com a terra. A relação campo-indústria também foi modificada e se estreitou ao ponto do proprietário da indústria ser também o latifundiário¹⁹. Além de trazer capacidade de avanços tecnológicos ao campo, a RV foi moralmente aceita por ser vendida como a única solução capaz de acabar com a crise de fome (ANDRADES e GANIMI, 2007).

A Revolução Verde foi lançada pelo Dr. Harrar²⁰, em 1944, com o preceito de aumentar a produção de grãos para acabar com a fome no mundo, que tinha sido exposta após a Segunda Guerra Mundial nos países da Ásia, África e América Latina. Mas, na verdade, sua intenção era explorar um mercado com potencial de gerar muito lucro para a indústria agroalimentar capitalista (MACHADO, 2014). Pode-se então, definir Revolução Verde como:

o processo de interiorização do capitalismo no campo, a partir de 1960, com a introdução das monoculturas e destruição da biodiversidade, para facilitar o uso de máquinas de grande porte nos ‘tratos culturais’ e por em prática a tríade capitalista: tempo, custo, lucro (MACHADO, 2014, p. 43).

É com essa definição que Luiz Machado (2014) afirma como a interiorização do capitalismo no campo não foi “nem revolução, nem verde”, pois além de conservar as estruturas do sistema capitalista, foi um marco importante para a decadência da conservação à natureza.

O contexto histórico que propulsiona a necessidade dos EUA em investir em tecnologia agrícola em países emergentes caracteriza-se também pela bipolaridade da Guerra

¹⁹ “[...] a industrialização da agricultura traz consigo um processo de territorialização do capital monopolista, no qual o capital sujeita a renda da Terra a uma lógica de apropriação para a reprodução ampliada do capital. Nesse sentido, dois caminhos haveria para o desenvolvimento capitalista do campo: o da territorialização do capital, neste caso, capital e terra pertencem apenas a um proprietário, o capitalista. Em outras palavras, o dono da indústria é também dono da terra, logo, a terra irá produzir para atender a demanda da própria indústria; um exemplo são as usinas de processamento de açúcar e álcool.” (ANDRADES e GANIMI, 2007, p. 53)

²⁰ Motivado pelo problema de abastecimento de alimentos na população do México, o Dr. George Harrar, representante da Fundação Rockefeller, foi o pioneiro ao exportar a revolução agrícola estadunidense ao levar trigos modificados ao México.

Fria. Após a Segunda Guerra Mundial, o país redirecionou sua tecnologia em máquinas e químicos para “desenvolver” a agricultura de países do Sul Global, os quais vinham apresentando um aumento no número de pessoas em situação de fome e má nutrição. O investimento foi feito com o pretexto de ajuda humanitária, mas seu objetivo principal era impedir que a “ameaça comunista” invadisse esses países. Segundo Andrades e Ganimi (2007), o *hegemon* do sistema capitalista estava em busca de utilizar o “espaço agrário para ampliar sua dominação e reproduzir o capital”, mantendo esses países agrícolas sob sua influência econômica. Sendo assim, a efetivação da RV nesses países foi uma estratégia para fazer da agricultura uma grande geradora de capital para o Norte Global, através da instalação de multinacionais agroalimentares, que passaram a controlar toda a cadeia produtiva.

As grandes corporações internacionais, principalmente estadunidenses, estavam dispostas a investir na expansão do agronegócio em países que adotassem a Revolução Verde. Fornecendo a tecnologia das máquinas, insumos químicos e viabilizando o comércio internacional, conseguiriam manter as ex-colônias ainda dependentes neste novo cenário internacional. Segundo a autora Maria Erlan Inocêncio (2010), os discursos das grandes potências em desenvolver países pobres e acabar com a fome, por meio da evolução tecnológica da agricultura, são justificados pelo auto-interesse desses Estados em promover um comércio internacional mais integrado para expandir o mercado.

Enquanto o flagelo da fome rondava somente as nações subdesenvolvidas, a discussão de propostas para uma produção alimentar melhor sustentada esteve longe dos debates políticos nacionais ou internacionais. Entretanto, quando houve a necessidade de expandir mercados nos setores de sementes, fertilizantes, pesticidas e maquinarias, foi apresentado ao mundo sob o rótulo de “ajuda humanitária” financiada pela ONU, Organização das Nações Unidas, o programa Revolução Verde, para aperfeiçoar e aumentar a produtividade agrícola, combater a fome (INOCÊNCIO, 2010, p. 66).

Como fator crucial para essa instalação sistêmica do agronegócio na cadeia de produção nacional está o poder do Estado. Concedendo incentivos estatais a produtores que adotem as novas tendências de produção, planos políticos conseguem alterar a indústria alimentícia para controlarem como o mercado agropecuário deve se comportar. Esses planos políticos são arquitetados e legalizados por representantes, eleitos pelo povo, que muitas vezes estão associados à atividade do agronegócio e usam da máquina pública para beneficiar a classe latifundiária – e assim perpetuar a disparidade das concentrações de terra e renda. No

Brasil, um exemplo disso é a Bancada Ruralista²¹, sobre a qual voltaremos a falar no decorrer deste capítulo.

Outra característica muito relevante da implantação do agronegócio é a mecanização das atividades do campo, que gera a substituição da mão-de-obra humana por maquinário pesado resultando êxodo rural e desemprego, como aponta Andrades e Ganimi (2007):

A mecanização também vai acentuar o desemprego no campo conforme a intensificação do processo. Isso acontece porque os maquinários agrícolas desenvolvidos junto aos pacotes tecnológicos são poupadores de mão-de-obra. Os que defendem o uso destes maquinários acreditam na diminuição dos custos acarretados por essa mão-de-obra, ou seja, estão preocupados apenas em priorizar as demandas mercadológicas (ANDRADES E GANIMI, 2007, p. 53).

Os novos modelos implantados nas técnicas agrícolas tiveram um impacto muito significativo, basicamente em todos os setores da agricultura. A busca pelo combate a fome através da modernização dessas técnicas trouxe inúmeros impactos ambientais, como a esterilização da terra, o envenenamento da água, a degradação de fauna e flora, etc. Além desses exemplos de degradação da biodiversidade natural, os impactos do novo modelo de produção é sentido brutalmente pela população rural (principalmente pelos pequenos agricultores) que é forçada a deixar o campo em decorrência da adoção das máquinas, pois ou não conseguem investir o necessário para aderir ao pacote; ou se tornam mão-de-obra substituída pelas máquinas (ANDRADES E GANIMI, 2007).

Tabela 1 - População brasileira e o processo de urbanização (em milhões)²²

Ano	Total	População urbana - %	População rural - %
1950	51,9	19,2 - 37,0%	32,7 - 63,0%
1991	146,1	110,4 75,0%	35,7 - 25,0%
2000	169,2	137,4 81,0%	31,8 19,0%
2010	190,0	160,4 – 84,0%	29,6 16,0%

(Fonte: IBGE, 2010)

²¹ Contando com aproximadamente 260 parlamentares no Congresso Nacional, a bancada ruralista é responsável por indicar quem deve comandar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento (MAPA). A próxima ministra do MAPA será Tereza Cristina, uma deputada a favor do agronegócio, e defensora, por exemplo, da PL do Veneno, assunto que será retomado adiante. (Brito, 2018) O próximo governo apresenta, então, uma ameaça ao meio ambiente e à segurança alimentar, visto que vai afrouxar leis ambientais (principalmente sobre desmatamento, agrotóxicos e demarcação de terras, reivindicadas por movimentos sociais) em favor dos ruralistas.

²² Os números foram arredondados para facilitar a comparação dos números.

O êxodo rural, ilustrado na Tabela 1, que ocorreu logo após a Revolução Verde no Brasil, é um exemplo de como o poder da produção de alimentos foi calculadamente colocado nas mãos dos agricultores com capacidade aquisitiva maior e abriu portas para a manutenção – e expansão – do latifúndio, herdado do Brasil Colonial.

Uma das maneiras de garantir a modernização das técnicas e implantar com maestria o modelo do agronegócio nos países subdesenvolvidos foi a criação de centros especializados em pesquisas agropecuárias. No Brasil é criada, em 1973, a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), que passa ter destaque e ser sinônimo de credibilidade quanto à inovação tecnológica aplicada à agropecuária. Esses centros de pesquisa são especializados em garantir a maneira mais eficiente de produzir alimentos, ou seja, maximização de quantidade e maximização de lucro. A qualidade do produto fica em segundo, terceiro ou último plano. E assim os alimentos geneticamente modificados, aliados aos agrotóxicos ganham força. O cultivo de longas extensões de terra com a mesma variedade, o monocultivo, causou uma dissociação entre plantar e comer, pois os produtos da monocultura, que em sua maioria são transgênicos, são voltados à exportação e não atendem às necessidades alimentícias da população nacional.

Com o alastramento de sementes transgênicas em busca de maximização de produção, as monoculturas são incentivadas. Ou seja, imensas áreas com o mesmo cultivo, produtos padronizados para aumentar a rentabilidade ao máximo, enquanto a Soberania Alimentar (SOBAL) de muitos povos é marginalizada. Soberania alimentar é a identidade através do alimento, que é local e diverso, que representa a história e as tradições culturais de sociedades. Ao incentivar o monocultivo, a indústria alimentícia vê o humano como um mero consumidor de seu mercado, e não um ser que necessita nutrir-se adequadamente para viver, e que pode ter uma forte ligação com sua terra. A destruição da diversidade é uma das externalidades causadas pelo agronegócio e mascaradas pela influência que grandes corporações agropecuárias exercem na sociedade.

Ao falar de monocultura e sementes transgênicas, é impossível não citar a empresa mais influente no ramo, a Monsanto, que, desde 2002, busca o completo monopólio do mercado de sementes, garantindo-lhe um poder sem precedentes na indústria alimentícia. O objetivo defendido oficialmente pela Monsanto é inovar em pesquisa e tecnologia para ajudar

os agricultores a plantar comida suficiente e de maneira sustentável.²³ A Monsanto busca maximizar a produção agrícola principalmente por meio da elaboração de sementes geneticamente modificadas, as quais são resistentes contra pesticidas e fertilizantes, possibilitando a plantação dessas sementes em larga escala. A indústria dos agrotóxicos e a indústria dos transgênicos estão em um mesmo espectro de interesse, e beneficia os mesmos grupos. São partes do mesmo plano de fazer crescer as riquezas das corporações multinacionais, que representam uma parcela muito restrita da população, mas que tem muita influência sob as políticas de uma indústria que afeta a população mundial e controlam a maioria esmagadora dos recursos naturais e do capital internacional (DE PAULA, 2017).

Quando a modernização chega aos campos com a justificativa de produzir alimentos em larga escala que atenda a uma população cada vez maior, as características da agricultura mudam drasticamente. Ao verificar a alta rentabilidade que podia vir do campo, a agricultura se junta à indústria e seu objetivo principal (amplamente difundido) torna-se a maximização de seus lucros.

2.2 A Desigual Concentração de Riquezas dos Latifúndios

A Revolução Verde chegou para defender que o cultivo em larga escala de grãos primários seria a resolução para o problema da fome, mas ao observar a porcentagem de alimentos cujo agronegócio realmente produz, este se mostra menos eficiente do que agricultura familiar²⁴, a qual, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, produz mais da metade dos alimentos presentes no dia a dia dos brasileiros e das brasileiras.

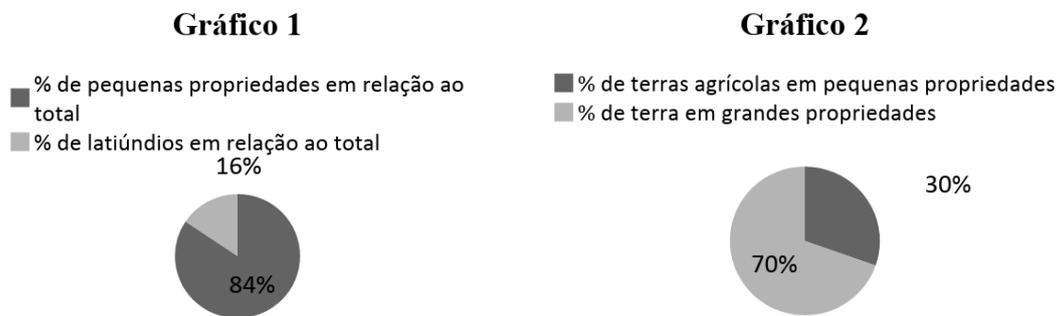
Segundo a organização Grain, 90% dos produtores rurais no mundo são pequenos agricultores e/ou indígenas, mas possuem apenas um quarto da terra mundial destinada à agricultura. (COSTA, 2016) Na América Latina e Caribe, estima-se que aproximadamente 80% das propriedades são pequenas propriedades e são administradas por pequenos

²³ “A Monsanto é uma companhia agrícola que ajuda agricultores (pequenos e grandes) a produzirem comida de maneira mais sustentável. Da semente ao *software*, da fibra ao combustível, estamos desenvolvendo ferramentas para ajudar produtores a protegerem os recursos naturais enquanto fornece alimento para o mundo. Diante de um clima em mudança e outros desafios ambientais, estamos ajudando a garantir que o sistema agrícola continue a servir às necessidades de todos.” Tradução livre. Acesso em: <https://monsanto.com/>.

²⁴ “Conforme a Lei nº 11.326/2006, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família. Também são considerados agricultores familiares: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária.” Acesso em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>

produtores rurais, mas eles detêm, em média, apenas 13% da terra. No Brasil, a agricultura familiar é responsável por aproximadamente 70% da produção da comida disponível para as pessoas, garantindo o fornecimento de alimentos diversificados e contribuindo para a SAN. Em contrapartida, apesar de produzirem a maioria do que é consumido nacionalmente, apenas 24% do total de terras agrícolas do Brasil pertencem a agricultores familiares e pequenos produtores. (IBGE, 2006)

Os gráficos a seguir buscam demonstrar de maneira quantitativa a disparidade da concentração fundiária, proveniente da vasta produção do agronegócio no maior produtor de soja da América Latina: o Brasil.



Fonte: (GRAIN, 2014)

É possível observar, com esses dados, que enquanto a maioria dos produtores rurais é de pequenos produtores, os grandes latifundiários possuem a maioria discrepante da terra, onde produzem *commodities* para exportação, fazendo uso extensivo de fertilizantes e adubos químicos que causam devastação do meio ambiente, além de ser altamente prejudicial à saúde humana. Como grande protagonista da ação do agronegócio em nossos campos está a produção em larga escala de soja para exportação, cujo uso intensivo de agrotóxicos e transgênicos a transforma em uma das maiores vilãs do meio ambiente e da concentração de terras.

Ao examinar os dados presentes nas estatísticas oficiais e nas pesquisas realizadas é seguro sinalizar que a produção de soja mecanizada, em grande escala baseada na utilização de grandes extensões de terras, com uso de alta tecnologia, volume alto de agrotóxicos e pouca mão-de-obra, tem se mostrado com alto grau de concentração de terras, o que implica na expropriação de pequenos produtores. Ou seja, a modernização da agricultura, nas últimas décadas do séc. XX e primeiras do séc. XXI, reforçou ainda mais a concentração de terras e capital, gerando um excedente social e aumentando a insegurança alimentar (COSTA, 2016, p. 155).

Entre os problemas do agronegócio estão a concentração de terras e a consequente diminuição das áreas destinadas à agricultura familiar; a baixa diversidade de produção, pois regiões inteiras são destinadas às monoculturas (principalmente de eucalipto, milho, cana de açúcar e soja); e a utilização de tecnologias como a dos agrotóxicos e transgênicos, que apresentam um risco para a saúde animal e vegetal.

Os Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) são publicitados amplamente por uma mídia interesseira como sendo fundamentais para acabar com a fome no mundo, o que é uma inverdade, pois há anos que eles são utilizados e o problema não foi resolvido; foi agravado de maneira insustentável para a Terra. Além de serem uma grande ameaça à biodiversidade, ainda não houve tempo hábil para provar que o plano dos transgênicos, encabeçado por monopólios de sementes (que hoje controlam grande parte da cadeia produtiva alimentar), não tem efeitos colaterais negativos na saúde e na natureza. Muitos países redirecionam seus excedentes de produtos transgênicos a países em situação de crise alimentar. O que pode ser considerado antiético (MALUF, 2000).

Ao publicitar que a produção de monoculturas em larga escala promove a segurança alimentar, o agronegócio mascara suas verdadeiras consequências. A concentração de terra e renda proveniente dos grandes latifúndios é responsável até mesmo por aumentar os níveis de insegurança alimentar, pois ao diminuir a renda das famílias, diminui-se também o poder de compra das mesmas para adquirir bens alimentícios sem comprometer outros fatores necessários para uma vida minimamente digna.

O fato de o agronegócio não garantir segurança alimentar está intrinsecamente ligada à expulsão das populações rurais do campo, traduzida na redução de terras destinadas à agricultura familiar. É a agricultura familiar que, mesmo com minoria da terra, garante segurança alimentar para uma grande parcela das pessoas e não será possível alcançá-la de maneira generalizada se a questão fundiária não for resolvida e o modelo de produção repensado. Retomaremos a discussão sobre agricultura familiar quando analisarmos, com maiores detalhes, os conceitos de SAN e SOBAL no próximo capítulo.

2.3 América Latina e Exportação de *Commodities*

Acreditava-se que se o agronegócio fosse implantado na América Latina, a fome seria superada. As monoculturas chegavam então para produzir a maior quantidade possível de um único alimento, acompanhando a crescente demografia mundial. Onde povos originários

plantavam dez tipos de milho, por exemplo, agora se planta apenas um em grande proporção. A batata, descoberta no Peru e levada para a Europa, perversamente chamada hoje de batata inglesa, é plantada mais vastamente, enquanto uma infinidade de outras qualidades de batatas é cultivada apenas por pequenos agricultores, que resistem e procuram defender sua soberania alimentar, respeitando o alimento originário daquela região.

Essa padronização da alimentação também é uma consequência negativa das monoculturas, pois ameaça a SOBAL dos povos. Surge o interesse de plantar soja onde antes se plantava dez outros tipos de alimento. Mas se a soja não aparece com muita proeminência na base alimentar da população latino-americana, por que se investiu nela?

Segundo Solange da Costa (2016), “[...] a produção de soja é, claramente, um empreendimento de grandes grupos, e há, tanto no plano mundial, como no caso brasileiro, tendência à concentração de capitais” (p.150, apud CASTRO, 2005). Essa concentração de capitais incentivou para que se plantasse ainda mais soja, não pela sua utilização na nutrição dos latino-americanos, mas para exportação e ainda mais concentração de riquezas. Rapidamente, quem controlava a produção de soja no continente eram grandes corporações internacionais, aliadas às elites nacionais, que viram nesse segmento uma oportunidade de garantir a dependência através da DIT, que coloca a América Latina como exportadora de matéria-prima.

Sobre a DIT, o autor Marcos Albuquerque (1987, p. 95-96) afirma que as transformações tecnológicas que o mundo vivia, davam ao cenário comercial novas possibilidades, sendo agora possível transportar mercadorias por longas distâncias e basicamente ao redor de todo o mundo. Propagava-se a ideia de que a DIT seria benéfica para todas as nações, pois criaria relações interdependentes que estimulariam o livre-comércio. Parece lógico dizer que, em um mundo com concorrência perfeita e níveis simétricos de desenvolvimento, todos os países se beneficiariam por produzir apenas um produto, mas a concorrência não é e nunca será perfeita, muito menos justa. As assimetrias sociais e econômicas nunca permitiriam que o livre-comércio beneficiasse a todos igualmente, pois a desigualdade é um dos pilares do “sucesso” capitalista.

Ao mencionar as disparidades causadas pela especialização da DIT, é preciso destacar o objetivo dos EUA em ascender como hegemonia mundial, o qual não poderia ser alcançado se ele não fosse o *hegemon* em seu próprio continente. Em meados da Guerra Fria, quando a bipolaridade de ideologias comparava o poder do mais forte, os EUA não podiam deixar que o comunismo se alastrasse pela América Latina e usou de medidas para implantar

sistematicamente o capitalismo no continente. Uma das maneiras cujo país usou para garantir a subordinação latino-americana aos seus interesses, foi investir na modernização do sistema agrário desses países, abrindo espaço para corporações multinacionais (especialmente estadunidenses) controlarem a maioria dos latifúndios.

Segundo Ayerbe (2002), quando os Estados Unidos e a União Soviética começam a disputar a hegemonia global, eles primeiro buscam a hegemonia regional, por meio da consolidação de blocos em parcerias estratégicas auto-interessadas. Um dos meios pelo qual os EUA buscam implantar sua autoridade é a criação de Instituições Internacionais voltadas ao comércio, financiamento e investimentos no desenvolvimento de países do Terceiro Mundo: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial²⁵ (BM).

Para atingir as duas metas prioritárias da estabilização do pós-guerra - reconstrução material e reativação do comércio internacional -, as novas agências têm como objetivo permitir o acesso ao crédito dos países com dificuldades para financiar, com recursos próprios, as importações de equipamentos industriais, matérias-primas e alimentos necessários ao restabelecimento da ordem econômica e, ao mesmo tempo, instituir uma autoridade internacional em relação às regras do comércio e das práticas monetárias do conjunto dos países associados (AYERBE, 2002, p.67-68).

Ou seja, é neste período de crescimento do setor industrial que ele se apropria de outras atividades produtivas, como a agrária, que é incorporada pela indústria. E é por isso que a América Latina tem um crescimento econômico após a Segunda Guerra Mundial, pelos investimentos de empresas privadas dos EUA, que agem como ferramenta do plano estadunidense de homogeneizar a cultura da região através da homogeneização do mercado.

Esse plano de homogeneização está correlacionado com a modernização do agronegócio, simbolizada temporalmente pela RV. O agronegócio mostra-se como uma das formas de manutenção da dependência da América Latina no sistema capitalista estadunidense. Parte-se do pressuposto de que o controle da indústria alimentícia garante às corporações multinacionais poder importante na política interna de um país, até mesmo na legislação do próprio Estado, guiado pelo interesse desse capital privado.

É possível afirmar, portanto, que com a modernização das técnicas agrícolas, incentivadas pela onda da RV, principalmente no que diz respeito ao monocultivo de soja no Brasil, a América Latina continua sendo meramente uma fornecedora de produtos primários para países do centro com a justificativa de que a modernização do campo trará

²⁵ Inicialmente BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

desenvolvimento para todos, enquanto isso sua terra é deixada estéril, sua água é envenenada, seus animais são mortos e sua biodiversidade é destruída.

O agronegócio é a principal via de manutenção do imperialismo²⁶ nos países da AL que produzem commodities, pois possibilita a entrada de oligopólios agroalimentares que controlam toda sua cadeia produtiva. É preciso uma ampla reforma agrária no sentido de redistribuir as terras e repensar o modelo de produção para que as gerações futuras consigam produzir alimentos. Uma reforma agrária eficiente e justa é um passo fundamental para que essas futuras gerações tenham alguma chance de mudar a posição da América Latina no SI, via erradicação da fome.

2.4 Brasil: O “Celeiro do Mundo”

A modernização do campo na América Latina, principalmente no que tange à produção em escala massiva de soja e seus derivados, foi fundamental para manter a região em condição dependente do Norte Global. Na região, o Brasil ganha destaque por ser o maior exportador de diversas *commodities*²⁷ e ainda é responsável por exportar tecnologia agropecuária para seus países vizinhos, sendo o principal incentivador do aumento da produção de soja nesses países. No Paraguai, por exemplo, de 90% a 95% das plantações de soja pertencem a fazendeiros brasileiros (COSTA, 2016). Como já foi citado neste capítulo, o aumento do cultivo da soja é um grande responsável pela concentração de terras, “assim como no Brasil, em outros países latino-americanos, observou-se a relação estreita entre o crescimento da produção de soja e a concentração de terras” e pode-se afirmar que “o crescimento da sojicultura está relacionado ao desaparecimento das unidades de trabalho familiar” (COSTA, 2016, p. 154).

A diminuição das unidades produtivas de agricultura familiar reforçou a ideia da grande produtividade do agronegócio, o qual tem grande apoio dos meios de comunicação de massa: a poderosa e manipuladora mídia. A propaganda feita sobre o modelo atual de produção transformou-se na ideologia do agronegócio, que prega o agronegócio como grande locomotiva do Brasil, responsável por crescimento, desenvolvimento tecnológico e geração de empregos. Essa ideia se tornou muito aceita na sociedade pela veiculação de notícias que

²⁶ Imperialismo do Norte Global para com o Sul Global, especialmente estadunidense.

²⁷ Além da soja, as plantações de milho, algodão e cana-de-açúcar ocupavam, em 1990, quase o dobro da área ocupada por outras 21 culturas. (COSTA, 2016, pg. 153)

promovem a atividade e garantiu ao país a identidade de ser o “celeiro do mundo”. Há também a ampla percepção de que o agronegócio brasileiro é fundamental para que o mundo não passe fome.

Segundo Solange da Costa, o Estado é responsável por investir, com bastante veemência, em “políticas agrícolas e financeiras favoráveis ao agronegócio, em detrimento de maiores investimentos em políticas agrícolas destinadas ao pequeno produtor e diversificação da produção de alimentos” (2016, p. 155). Ou seja, a responsabilidade do Estado de garantir segurança alimentar para sua população através do incentivo à agricultura no geral, só se traduz em incentivos financeiros aos grandes do agronegócio. A agricultura familiar que, por sua vez, é a grande responsável pela alimentação diversificada das famílias, não consegue ter os mesmos benefícios concedidos pelo Estado, e os pequenos agricultores têm que negociar preços diretamente com as grandes multinacionais, saindo em desvantagem.

A produção em larga escala de monoculturas, muitas vezes de OGMs, abaixa o preço do produto e impossibilita os pequenos agricultores de competirem. Muitas vezes esses pequenos agricultores vendem sua propriedade para as corporações por não conseguirem se manter no mercado, deixando o campo para viver em periferias urbanas. Além de não conseguirem competir com o preço, o êxodo rural também é resultado de um alto índice de fome das populações rurais, que veem na cidade a oportunidade de uma vida mais digna.

O Brasil incentiva uma das mais importantes empresas de pesquisa em inovação tecnológica agropecuária do continente, a EMBRAPA, que se apresenta como grande garantidora da inovação em busca da melhor produtividade possível, que promoverá uma melhor condição de vida ao agricultor e a segurança alimentar. Segundo informações oficiais da empresa,

Hoje a nossa agropecuária é uma das mais eficientes e sustentáveis do planeta. Incorporamos uma larga área de terras degradadas dos cerrados aos sistemas produtivos. Uma região que hoje é responsável por quase 50% da nossa produção de grãos. Quadruplicamos a oferta de carne bovina e suína e ampliamos em 22 vezes a oferta de frango. Essas são algumas das conquistas que tiraram o País de uma condição de importador de alimentos básicos para a condição de um dos maiores produtores e exportadores mundiais (EMBRAPA, 2018).

A omissão contida nessa (des)informação da empresa é que, na realidade, o cerrado (e outros biomas) é degradado principalmente para aumentar as terras cultiváveis do sistema produtivo, maximizando os lucros do agronegócio. A manipulação da informação por órgãos com tamanha credibilidade, faz com que a população acredite que os grandes monocultivos na

verdade ajudam a transformar áreas já degradadas em regiões produtivas do país. Sendo que o país é atualmente um dos maiores produtores e exportadores mundiais de *commodities*, que têm baixo valor agregado, o “desenvolvimento” do agronegócio permite (e intensifica) a posição subalterna do Brasil no comércio mundial.

Ironicamente, a agropecuária dita eficiente é a mesma que desperdiça²⁸ toneladas de alimentos todos os anos ao passo que a sustentabilidade do modelo mostra-se bastante duvidosa. Dados mostram que a grande maioria do consumo (e desperdício) de água é resultado do amplo uso²⁹ do recurso pelo agronegócio, além do alto nível de poluição de rios, lençóis freáticos e solos, causados pelo extenso uso de agrotóxicos (Fórum Alternativo Mundial da Água, 2017). Enquanto isso, a mídia prega a necessidade da diminuição do consumo de água especialmente das famílias.

A mídia inclusive divulga uma boa imagem do agronegócio, através de propagandas de caminhonetes potentes, propagandas de adubos e fertilizantes químicos, propagandas de máquinas agrícolas... Dificilmente será possível ligar a televisão e não se deparar com propagandas que vangloriam o agronegócio. Um exemplo atual é uma campanha publicitária da Rede Globo: “Agro é Pop, agro é Tech, agro é Tudo”, que demonstra o agronegócio como “a indústria-riqueza do Brasil”. Esse tipo de propaganda encobre os malefícios reais causadas pelo agronegócio, omitindo informações. A revista Agro DBO, na sua edição de junho/2018, por exemplo, comemorou os avanços trazidos pelo agronegócio no país: “O Brasil colhe o que plantou. Nos últimos 15 anos, o agronegócio transformou o país numa potência econômica global.”

E é assim que a ideologia do agronegócio é divulgada principalmente por grandes empresas interessadas no ramo e pelo Estado brasileiro, um grande apoiador histórico dos latifúndios. Como vimos, o Ministério da Agricultura aposta no agronegócio, e o enaltece como uma agricultura tecnológica e de alto desempenho que garante ao Brasil posição importante no mercado internacional como exportador de *commodities*. Além deste

²⁸ Atualmente, cerca de 1/3 de toda a comida produzida do mundo é desperdiçada (mais de 1 bilhão de toneladas ao ano), seja no transporte, armazenamento e consumo final. (Monsanto)

²⁹ O consumo de água nas produções de soja, carne bovina e cana-de-açúcar, aumentou de 27,1 bilhões de litros para 460,1 bilhões entre 1997 e 2005. (Fórum Alternativo Mundial da Água) Acessado em: <http://www.fenae.org.br/portal/fama-2018/noticias/agua-e-agronegocio-uma-relacao-a-ser-mais-bem-examinada.htm>

ministério, o Congresso Nacional também conta com a Bancada Ruralista³⁰, que trabalha para que os interesses dos latifundiários estejam garantidos.

A mais atual ação da Bancada Ruralista é a PL do Veneno³¹ que, com muita chance de virar lei no próximo governo, deixará menos rígida a importação e utilização de agrotóxicos na produção de alimentos. Esse projeto de lei também muda a nomenclatura de agrotóxico para pesticida, em uma tentativa de esconder – ainda mais – do consumidor os meios pelos quais a comida é produzida. Segundo dados do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), entre 2000 e 2007 a importação de agrotóxicos pelo Brasil aumentou 207% (CONSEA, 2007). Somos o país que mais consome agrotóxicos no mundo e, deliberadamente, utilizamos inclusive muitos agrotóxicos banidos em outros países por serem considerados venenosos e/ou cancerígenos.³² O discurso triunfalista do agronegócio não é compatível com os prejuízos ambientais e sociais advindos dele.

Outra consequência que a Revolução Verde trouxe ao campo com a concentração de riquezas foi os conflitos pela Terra. As constantes disputas pela mudança da estrutura fundiária no Brasil envolvem trabalhadores rurais sem terra, representados pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e latifundiários, que desejam a permanência de uma estrutura fundiária herdada dos tempos coloniais, cuja modernização foi conservadora e não trouxe uma divisão justa da terra. Segundo Andrades e Ganimi, como “o dono da indústria é também dono da terra, logo, a terra irá produzir para atender a demanda da própria indústria” (2007, p. 53).

É exatamente no sentido das desigualdades causadas pelas mudanças trazidas na RV que a Segurança Alimentar e Nutricional entra em colapso. Não é possível garantir o acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente se a grande maioria da terra está sendo utilizada inconsequentemente por um sistema de produção elitista e excludente. A participação do Estado deveria ser voltada para mudanças que garantam condições dignas para a população, mas é voltada para o interesse dos latifundiários.

³⁰ A principal figura da Bancada Ruralista é o atual Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, um grande produtor de soja do Mato Grosso (“rei da soja”). O grupo Maggi era um dos líderes na produção de soja dos anos 1990 aos 2000. Blairo Maggi também já recebeu do Greenpeace um prêmio de Motosserra de Ouro, pela sua participação relevante no desmatamento da Amazônia enquanto governador do MT. (Greenpeace, 2005)

³¹ Projeto de Lei número 6299/02.

³² O Glifosato (ou *Round-Up*), herbicida produzido principalmente pela Monsanto e que é o mais utilizado no mundo, é um agrotóxico usado em 90% da sojicultura do Brasil, além de outras culturas. Tendo cerca de 500 substâncias de uso permitido, das quais 30% são proibidas na União Europeia, o país é o que consome maior quantidade de agrotóxicos no mundo. (Bombardi, 2017, apud site: <https://reporterbrasil.org.br/2017/11/agrotoxicos-alimentos-brasil-estudo/>)

3 OS DESAFIOS DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A culinária é o reflexo da relação do ser humano com a natureza. Uma das características que nos diferem de outros animais é que cozinhamos o nosso alimento e fazemos da nossa comida uma identidade cultural. Reagindo aos diferentes ingredientes de cada região (que traduzem as características mais diversas de clima, vegetação e topografia), costumes alimentares e formas de preparo foram passadas de geração em geração, como uma herança cultural. “A alimentação funciona como um fator de coesão, de pertencimento e ao mesmo tempo de diferenciação de outros grupos e segmentos sociais” (DE PAULA, 2017, p.133). Entretanto, estamos perdendo essa característica cultural da comida quando somos incentivados a comer ultraprocessados de outros países. Não sabemos quais ingredientes foram utilizados no processo, nem quais são químicos e, muito menos, quais ingredientes são nativos.

A alimentação compõe um direito humano fundamental visto que sem ela o direito à vida não é possível. Além disso, o sistema alimentar deve ser sustentável, ou seja, a maneira como se produz e/ou se extrai da natureza não deve impedir que gerações futuras possam fazer o mesmo para garantir sua segurança alimentar. Atualmente, nosso sistema agroalimentar não é sustentável e o futuro da humanidade está em risco.

Para combater a insegurança alimentar, deve-se possibilitar o acesso a alimentos de qualidade, e é preciso que as preferências alimentares locais sejam respeitadas.³³ O ataque à soberania alimentar pelo modelo de produção vigente servirá como um pressuposto dessa pesquisa do porque este não é garantidor da SAN e que, inclusive, atua no papel oposto, agravando situações de miséria.

A liberalização do mercado internacional contribuiu com a elevação do preço dos itens alimentares que, por sua vez, fez expandir o lucro dos oligopólios agroalimentares, especialmente no que se refere a produtos industrializados. O crescimento do consumo desses produtos pode ser relacionado com a urbanização, visto que esta favorece a manutenção da universalização dos padrões de consumo e faz crescer a demanda.

³³ Por meio da culinária, a cultura se expressa. A diversidade do ser humano e sua particularidade de cozinhar o alimento, e a maneira nas quais culturas reagem com diferentes ingredientes e processos. Refletindo a história e os costumes de cada povo, é possível considerar “a culinária como patrimônio cultural imaterial” (Giustina e Selau, 2009) Acesse o artigo em: [/bell.unochapeco.edu.br](http://bell.unochapeco.edu.br)

3.1 Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: Conceitos e Contextos

Alguns elementos devem estar em conformidade para que a Segurança Alimentar e Nutricional seja alcançada. Todos devem ter acesso à comida limpa e de qualidade, que não prejudique de nenhuma maneira a saúde e a integridade física das pessoas. Outro ponto fundamental é garantir a Soberania Alimentar, que será examinada em seguida para explicar a relevância da universalização dos padrões de consumo para a insegurança alimentar. E, enfim, a produção da alimentação deve ser sustentável, ou seja, esta não pode interferir na capacidade futura de produzir alimentos de qualidade e em quantidade suficiente nas próximas gerações (MALUF, 2000).

Considerando que o direito humano à alimentação é parte fundamental do seu direito à vida, inclusive como reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos³⁴ (DUDH), fica evidente que todos deveriam poder usufruir da SAN, ou seja, poder usufruir o “direito ao acesso a alimentos de qualidade em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar” (MALUF, 2000, p. 04).

Lamentavelmente, a realidade é que mais de 800 milhões de pessoas ao redor do globo não usufruem desse direito vital à sobrevivência, segundo o relatório “O estado da segurança alimentar e nutricional no mundo”, publicado em 2017 pela FAO (*Food and Agriculture Organization*).³⁵ A principal causa dessa deficiência é a dificuldade de acesso à comida por um número muito significativo de pessoas, principalmente das camadas mais pobres da África, Ásia e América Latina. Por acesso entende-se tanto o acesso físico, propiciado por uma logística de distribuição eficiente e justa, quanto o poder de compra desses alimentos pelas famílias (MALUF, 2000).

O limitado poder de compra, que leva a essa falta de acesso à alimentação, dialoga com a lógica cíclica de que miséria causa fome e vice-versa. Para Nilson de Paula:

Os povos têm fome porque são pobres, e são pobres porque a fome os impede de romper os limites a que estão submetidos. Resolver o problema de insegurança alimentar de forma sustentada passou a significar a superação de um problema

³⁴ Adotada em 2010 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), o parágrafo 1 do Artigo 25 diz: “Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle” (UNICEF Brasil, 2010).

³⁵ Em português: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

múltiplo, enraizado em vários setores e instâncias econômicas (PAULA, 2017, p.183).

Renato Maluf, por sua vez, antecipava essa problemática dizendo que a forma de acabar com a insegurança alimentar era mesmo acabando com a pobreza:

A fome vai acabar no dia em que estiver superada a exclusão de milhões de pessoas e que a estas seja reconhecido e assegurado um direito que é anterior a qualquer outro, que é o de poder adquirir ou produzir alimentos sadios e de qualidade (MALUF, 2000, p.35).

Essa capacidade de produzir que Maluf (2000) se refere também está relacionada à necessidade de regionalização da produção dos alimentos, à aproximação das pessoas com a fonte de comida e à proteção de sua soberania alimentar por meio da preservação de suas culturas alimentares. Em 2003, La Via Campesina³⁶ definiu o termo soberania alimentar como sendo o direito dos povos - e de todos os Estados soberanos - de decidir sobre suas próprias políticas agrárias e alimentares (desde o planejamento e a produção, até o abastecimento) sem influência e/ou determinação de agentes internacionais. Com base na preservação das tradicionais estruturas agrárias camponesas, e em respeito às culturas e à biodiversidade (local e regional), a SOBAL integra uma parte fundamental na garantia da plena segurança alimentar por assegurar o “acesso a alimentos seguros, saudáveis, e culturalmente apropriados” (DE PAULA, 2017, p. 194).

O termo “Segurança Alimentar”, a princípio, apareceu como uma preocupação só depois da Primeira Guerra Mundial, quando se percebeu que um país podia controlar o outro se administrasse o seu fornecimento de comida. Nesse contexto os países enfrentavam uma escassez nos estoques de alimento, e acreditava-se que a intensificação da capacidade de produção garantiria segurança alimentar. Ainda que no começo do século passado o termo já ter sido considerado pelos importantes líderes mundiais, foi só em 1974 que foi dado ao alimento um sentido político, quando aconteceu a 1ª Conferência Mundial de Segurança Alimentar, organizada pela FAO (MALUF, 2000).

Os países mais ricos começaram, assim, a abastecer países em situação de fome com o título de ajuda alimentar e/ou ajuda humanitária. Mas, na realidade, as ações desses Estados,

³⁶ *La Via Campesina* é um movimento camponês internacional que abrange 181 organizações (inclusive o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), em 81 países, e que envolve mais de 200 milhões de camponeses em luta por justiça social através da demarcação de terra, reforma agrária (no sentido de desenvolver a agricultura familiar e orgânica), defesa da soberania alimentar, proteção do meio ambiente, entre outras pautas relacionadas. (Acesso em <https://viacampesina.org/es/>)

principalmente dos EUA, eram movidas por interesses geopolíticos, ou seja, o abastecedor de alimentos pode controlar as ações de outros países, que dependem dele para alimentar sua população. Foi então que perceberam o regime alimentar de grave escassez que existia. Pautados pela teoria malthusiana³⁷, a Revolução Verde foi vista como a solução para aumentar a produção em larga escala e poder alimentar toda essa população faminta.

Assim como a ficção pelo dinheiro é sustentada pela credibilidade, ou puro poder, do dólar dos EUA (como força global), a ficção do que o mundo corporativo escolhe chamar de alimentos “geneticamente aprimorados”, só é sustentável através da cumplicidade de governos, cientistas e corporações agroquímica, em ocultar ingredientes dos consumidores e perigo dos cidadãos (MCMICHAEL, 2000, p.21, tradução nossa).³⁸

Maluf (2000) aponta três elementos que mostram o impacto de políticas de desenvolvimento sobre segurança alimentar na Nova Ordem Mundial. O primeiro elemento é a regulação do comércio agroalimentar mundial controlado pelo protecionismo da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da liberalização do comércio. O segundo elemento diz respeito aos blocos econômicos regionais, pois há uma acentuação nos limites “à adoção de políticas supranacionais soberanas acordadas entre seus membros” (MALUF, 2000, p. 19). Um exemplo apontado é o MERCOSUL, que apesar de ser destaque em exportação de itens agroalimentares, é composto por países com uma discrepante desigualdade social que acarreta em uma situação de insegurança alimentar para uma parcela significativa da população³⁹. O terceiro elemento, que ilustra o impacto de medidas no âmbito global para a insegurança alimentar em países subdesenvolvidos, é a internacionalização do sistema agroalimentar, que padronizou, além dos produtos, o consumo mundialmente.

O autor indica que é preciso uma mudança estrutural sobre como a OMC lida com a agroindústria. A SAN e a agricultura devem ser introduzidas na OMC como assuntos de cunho ambiental e social, não meramente econômicos. Ao tratar a questão alimentar como instrumento geopolítico banal e reduzi-la a seus aspectos econômicos, o problema real de

³⁷ A teoria demográfica do inglês Thomas Robert Malthus (teoria de Malthus) dizia que haveria escassez de alimentos causada pelo grande crescimento demográfico, pois a produção não poderia aumentar tão rapidamente quanto o aumento populacional.

³⁸ Trecho original: *“And, just as the fiction of money is sustained by the credibility, or sheer power, of the US dollar (as a global force), the fiction of what the corporate world chooses to call “genetically-improved” foods is only sustainable through the complicity of governments, scientists, and agro-chemical corporations in concealing ingredients from consumers and biological hazards from citizens.”*

³⁹ Segundo relatório da FAO, 6,1% da população da América Latina e Caribe encontravam-se com fome ou desnutridas em 2017. No Brasil, a estimativa de 1999 que apontava 20,9 milhões de brasileiros em situação de fome, chegou a 5,2 milhões em 2017. Mas desde 2014, o número tem aumentado.

milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional é marginalizado (MALUF, 2000).

A mera exposição à competição internacional não é o caminho para a busca de maior eficiência produtiva, devido aos componentes ‘espúrios’ desta competição e a natureza intrinsecamente excludente da dinâmica das economias capitalistas (MALUF, 2000, p.19).

O aumento de acordos bilaterais e multilaterais para alavancar o comércio internacional teve reflexos diretos sobre o sistema agroalimentar, e agravou a interdependência entre os países no âmbito da alimentação. Esses acordos, baseados na diminuição (ou até mesmo eliminação) de tarifas alfandegárias (especialmente para artigos alimentares) se dá, principalmente, com países do centro para com países pobres, que aumentam sua dependência e têm o preço de seus produtos sucateados para se manterem competitivos⁴⁰ (DE PAULA, 2017).

A justificativa de acabar com a fome mostrou-se não ser o interesse principal, “a ajuda alimentar foi aos poucos se despiando de seus propósitos puramente humanitários, e se convertendo em instrumento da geopolítica” (DE PAULA, 2017, p. 177). Com o alastramento da Revolução Verde, os EUA conseguiram criar oportunidades em países em desenvolvimento, manipulando meios de instalar suas multinacionais agroindustriais e criar novos mercados. A liberalização⁴¹ do comércio internacional sinalizou não ser um instrumento garantidor da SAN. Pelo contrário, “os resultados dos acordos, de fato, tornaram os países e, especialmente seus pequenos produtores menos capazes (*self-reliant*)⁴² e sustentáveis” (MALUF, 2000, p.25).

⁴⁰ Como os pequenos produtores não conseguem abaixar seu preço para competir são expelidos do campo, configurando mais um motivo para o êxodo rural e consequente marginalização em cidades.

⁴¹ A liberalização do mercado agroindustrial e a adoção de biotecnologias de produção foi essencial para que o pequeno agricultor, pobre, não conseguisse mais nem produzir para sua própria subsistência. O neoliberalismo do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional foi fundamental para a implantação agressiva do agronegócio na América Latina, principalmente no Brasil. As multinacionais do ramo, especialmente Monsanto, Dupont, Syngenta e Dow, bem como as ditaduras militares na região, foram fundamentais para o estabelecimento das monoculturas de soja, milho, algodão, cana-de-açúcar, etc., para exportar agrocombustíveis (e outros derivados) a um baixo valor agregado. (LUIZ MACHADO, 2014, p.58)

⁴² “Organismos internacionais como a OMC e a própria FAO vem substituindo aquilo que consideram como uma preocupação excessiva com a auto-suficiência alimentar (*food self-sufficiency*) por estratégias fundadas na aut Capacidade alimentar (*food self-reliance*). Esta nova diretriz vale-se da já referida ênfase nos problemas de acesso aos alimentos como sendo o principal condicionante da segurança alimentar dos países e das famílias, privilegiando-se a capacidade dos países acessarem os alimentos - que estariam disponíveis em quantidade suficiente em termos globais - pela via do comércio internacional ou, no limite, via ajuda alimentar.” (MALUF, 2000, p.22)

Nessa onda de ajuda humanitária, grandes corporações do setor agroindustrial como a Cargill, Monsanto, Tyson *Foods*, Wall Mart, Carrefour, etc., se pronunciam em tom empático sobre o problema da fome, mas seus interesses capitalistas fazem exatamente o contrário e não contribuem para o problema, só o agravam. Uma das soluções mais faladas por essas empresas é o aumento da extensão da produção e adoção de OGMs, ferindo a soberania alimentar. O problema, novamente, não está na quantidade de produção, mas “resulta das forças hegemônicas do sistema agroalimentar global” (DE PAULA, 2017).

3.2 Oligopólios e universalização dos padrões de consumo

Os regimes alimentares mudam de acordo com o momento histórico, pois a indústria alimentar está sempre associada ao método de produção e acumulação de capital pela hegemonia. Há um consenso entre os autores da área sobre a existência de três regimes alimentares: o primeiro foi comandado pela hegemonia britânica e ocorreu entre os anos 1870 e 1930, caracterizado principalmente pela exportação de produtos primários pelas colônias que abasteciam a Europa⁴³, sendo essenciais para a industrialização desta (DE PAULA, 2017). O segundo regime alimentar é caracterizado pela reorganização da economia mundial sob a hegemonia dos EUA no pós-Segunda Guerra Mundial, marcada principalmente pela DIT. É nesse contexto que a América Latina passa a importar parte de seus itens alimentícios e começa a consumir trigo, por exemplo.

A substituição de importações presente na América Latina fez com que a região produzisse mais *commodities* para equilibrar a balança comercial. Esse aumento na produção de *commodities* foi incentivado pelos financiamentos estadunidenses em tecnologias agrícolas, que caracterizam o terceiro regime, estabelecido pelo alastramento da RV, que foi quando “a indústria alimentar ganhou dimensões mundiais” e “os padrões alimentares foram transformados pela substituição de produtos locais por importados” (DE PAULA, 2017, p.35). Já o terceiro regime qualifica-se pelo controle de oligopólios agroalimentares multinacionais, ilustrado pela adoção de alimentos como itens industriais.

O sistema agroindustrial, cujo atual regime alimentar caracteriza-se, trouxe mudanças significativas para o padrão de consumo, hoje controlado pelas grandes corporações multinacionais, que formam um poderoso oligopólio. É preciso atrelar esse fato ao projeto

⁴³ A batata, por exemplo, tem origem na América Latina e foi levada à Europa para salvar o continente da fome. Hoje, é possível encontrar batata em diversos pratos típicos europeus, bem como outros ingredientes desconhecidos antes da colonização, como milho, feijão, cacau, entre outros.

imperialista dos EUA, que buscou (e continua buscando) perpetuar sua influência ao exportar seu modo de vida, especialmente por meio da alimentação. A influência estadunidense transformou a maneira na qual o mundo se alimenta e, apresentando o *fast-food* como a maneira mais rápida e moderna de comer, levou a um crescimento exponencial do comércio de produtos processados em detrimento a produtos não processados.

O *Foreign Agricultural Service* do USDA, Departamento da Agricultura dos Estados Unidos, indica que entre 2009 e 2013 o valor das exportações de alimentos aumentou em 55%, com destaque para os produtos lácteos que cresceram 232% e *snack foods* 60%. E mais, enquanto o valor das exportações de *commodities* não processadas aumentou em 95% no período de 2014 a 2013, no caso dos alimentos processados houve aumento de 143% (DE PAULA, 2017, p.111).

O padrão de consumo, portanto, faz com que alimentos locais sejam substituídos pelos ultraprocessados “atingindo as regiões mais atrasadas, restringindo a diversidade biológica, e colocando em risco o modelo alimentar previamente existente” (PAULA, 2017).

O comércio agroalimentar internacional faz com que seja necessário analisar a indústria processadora quando falamos de alimentos, pois o alimento tornou-se apenas mais um item comercial. É possível relacionar esse aumento do consumo de produtos estadunidenses, na maioria das vezes ultraprocessados⁴⁴, com sua hegemonia, que define não só os padrões de consumo, como outros padrões da sociedade global. Esse padrão de consumo atrelado à propaganda do *American Way of Life*⁴⁵ modificou a maneira com que as pessoas se alimentam no mundo inteiro, se tornando normal viajar para qualquer lugar do mundo e procurar redes estadunidenses de *fast-food*⁴⁶, por exemplo.

As mudanças nas estruturas de trabalho foram fundamentais para abrir espaço para comidas rápidas, versáteis, que podem ser preparadas instantaneamente ou já vem prontas⁴⁷.

⁴⁴ Segundo o Conselho Federal de Nutrição, os produtos ultraprocessados são os alimentos que mais apresentam risco a nossa saúde, sendo fabricados em várias etapas, nas quais se processam os ingredientes e utilizam-se químicos, muitas vezes exclusivamente industriais. São os alimentos enlatados e embutidos (como refrigerantes, sopas prontas, etc.), *snacks* ou alimentos prontos (como bolachas recheadas, macarrão instantâneo, lasanha congelada, salgadinhos, etc.), entre outros.

⁴⁵ A exportação de um estereotípico estilo de vida “americano” foi uma das estratégias usadas pelos EUA para tornar-se uma hegemonia após a Primeira Guerra Mundial, não só economicamente. Por meio da propaganda, da música e de filmes hollywoodianos, o país ilustrava como o consumo de produtos industrializados (eletrodomésticos, carros, comida enlatada, etc.) podia fazer as pessoas felizes.

⁴⁶ Fundado em 1955 em Illinois (EUA), hoje, o McDonald’s, maior rede de restaurantes *fast-food* do mundo, tem cerca de 36 mil restaurantes em mais de 100 países.

⁴⁷ A intensificação da jornada de trabalho e o *slogan* “tempo é dinheiro”, abriu espaço para a comercialização de alimentos em pó, que contém suplementos, vitaminas e outras substâncias potencializadas, e é um segmento da indústria alimentícia que pega carona na obsessão por um padrão de beleza, que consiste em corpos magros e

Perfeitas para comer em pé, andando, trabalhando, se locomovendo, para não perder o precioso tempo, que é dinheiro na linguagem capitalista. Mesmo que empobrecendo nutricionalmente a alimentação das populações (DE PAULA, 2017).

A urbanização e a mudança nos hábitos laborais nos núcleos familiares⁴⁸ fez com que as pessoas se alimentassem muito mais vezes fora de casa. A demanda por refeições prontas, rápidas e portáteis aumentou de maneira exponencial a qual, atrelada a uma estratégia publicitária massiva, mudou profundamente o padrão de consumo mundialmente. A padronização da alimentação, ilustrada pelos enlatados e outros ultraprocessados, alcançou até os lugares mais remotos, pois os oligopólios querem sanar toda a demanda do mercado com o discurso de “melhorar a qualidade de vida e contribuir para um futuro mais saudável” (Nestlé, 2016). Um exemplo dessa invasão é o “mercado flutuante” lançado pela Nestlé em 2010, que leva seus produtos ultraprocessados a populações ribeirinhas⁴⁹ do Rio Amazonas. Sendo a Amazônia berço de uma biodiversidade importante para o planeta, a chegada de alimentos globalizados a povos que viviam antes apenas do extrativismo sustentável da floresta configura um ataque à soberania alimentar da região. Além disso, provoca o aumento de lixo (especialmente embalagens plásticas)⁵⁰ que poluem áreas nativas e configuram um risco para fauna e flora nativas.

É neste contexto que entendemos porque a chegada de multinacionais do setor agroalimentar modificou profundamente nossa relação com a comida. Somos distanciados dos processos em que nossa comida é produzida porque, geralmente, o processo nos causaria repulsa. A união da agricultura com a indústria padronizou o alimento em uma proporção, que essas mesmas multinacionais controlam desde a produção da matéria prima, o processamento do alimento, até a venda dos produtos embalados.

esculpidos. Um exemplo do alcance que os alimentos em pó têm é o canal do Youtube “Fábrica de Monstros”, com mais de dois milhões de inscritos, o canal apresenta, entre muitos vídeos sobre musculação, dietas mirabolantes e receitas que incluem esses suplementos e prometem o corpo perfeito.

⁴⁸ Atrelada à intensificação das jornadas de trabalho, a inserção das mulheres no mercado de trabalho foi fundamental para a mudança nos hábitos alimentares das famílias. Como as tarefas domésticas continuavam sendo responsabilidade das mulheres, houve um grande apelo midiático sobre reduzir o tempo de trabalho feminino em casa ao reduzir o trabalho de cozinhar as refeições. A praticidade de se alimentar rapidamente foi vendida como mais uma maneira de economizar o seu tempo na lógica “tempo é dinheiro”.

⁴⁹ Aproximadamente 1,5 milhões de pessoas em 27 cidades (Acesso em: corporativo.nestle.com.br)

⁵⁰ Sendo 1/3 do lixo doméstico constituído por embalagens (cuja maioria é usada somente uma vez), a industrialização da comida tem importante papel na poluição e estima-se que milhões de animais morram em decorrência do lixo nos oceanos. (Acesso em: <http://www.mma.gov.br>)

Esses oligopólios foram formados, principalmente, pela permeação de indústrias alimentícias com outros ramos da indústria por meio da diversificação⁵¹ da produção. Essa diversificação faz da demanda tão elástica que é preciso lançar novos produtos e investir em campanhas de marketing para acompanhá-la. Um exemplo de oligopólio agroalimentar é a Kraft, que

lançou mais de 5000 novos produtos desde 2005. Um aspecto de grande relevância a alavancar a capacidade de inovação dessa indústria é a aproximação sinérgica que estabeleceu a partir da década de 1970 com as indústrias química e farmacêutica. A necessidade de conservação por longos períodos, reduzindo o grau de perecibilidade, e de criar novos produtos, levou a indústria de alimentos a depender de inovações tecnológicas desenvolvidas fora de seu domínio (DE PAULA, 2017, p.118).

A diversificação dos produtos de megaempresas multinacionais no setor agroalimentar dialoga com a percepção da necessidade de criar novos mercados. O autor coloca que, após notarem a saturação de seus mercados, os EUA e países da Europa investiram em países em desenvolvimento, conseguindo instalar essas multinacionais do ramo alimentício em quase todo o mundo. Muitas dessas empresas têm mais da metade do seu lucro advindo de países emergentes, pois enxergam nestes uma possibilidade de aumento da demanda, e possibilitam isso a partir do ataque e desmonte da cultura alimentar local e regional desses países.

Para ilustrar a extensão dos tentáculos de algumas dessas empresas, seus produtos são vendidos mundialmente, a exemplo da Pepsi, presente em mais de 200 países, da Unilever em 190 países, da Nestlé em mais de 116 países, e da Kraft em mais de 170 países. Suas instalações fabris são igualmente distribuídas entre dezenas de países, expandindo o ambiente concorrencial para novos espaços, através de novas plantas e da aquisição de empresas nacionais para explorar mercados, extrair matérias-primas, ou simplesmente elevar a capacidade ociosa para afugentar potenciais competidores (DE PAULA, 2017, p. 122).

O autor ainda aponta como essas multinacionais conseguem vantagens por se inserirem nos governos e agirem por meio de *lobby*⁵². Assim, elas conseguem fazer com que os produtos de seu interesse sejam barateados e o mercado possa absorvê-los. “O Estado é acionado para atuar como parceiro de grandes negócios e em iniciativas que projetam seus

⁵¹ Um exemplo da diversificação dos produtos por oligopólios é o cartel de alimentos Anglo-Dutch-Swiss que, com cerca de uma dúzia de companhias, auxiliadas por algumas dezenas, controlam todo o sistema agroalimentar. Os conglomerados Cargill, Continental, Louis Dreyfus, Bunge and Born, André, and Archer Daniels Midland/Töpfer, controlam os mercados de grãos, laticínios, óleos e carnes. Mais informações no artigo de Richard Freeman, “The Windsor’s Global Food Cartel: Instrument for Starvation”, de 1995.

⁵² Um exemplo é o *lobby* representado pela bancada ruralista no Brasil, já mencionada no capítulo anterior.

interesses internacionalmente” (DE PAULA, 2017, p.128). Além do apoio do governo que essas empresas conseguem, há ainda um grande apelo de maneira publicitária, através do patrocínio⁵³ de eventos sociais e pesquisas científicas, inclusive sobre saúde.

A segurança alimentar é deslocada para o âmbito do mercado, cuja dinâmica não apenas transforma o alimento em *commodity* e a alimentação humana num ato mercantil por excelência, mas se torna a instância definidora do que, como e onde produzir e consumir. Assim, a segurança alimentar em si acaba sendo um corpo estranho na engrenagem do capital em suas esferas comerciais, industriais e financeiras acopladas à alimentação (DE PAULA, 2017, p. 188).

Os problemas de insegurança alimentar não afetam apenas pessoas que não têm acesso a alimentos (problema da fome e desnutrição, característico de países subdesenvolvidos), as camadas mais vulneráveis de países mais desenvolvidos enfrentam o problema do acesso a alimentos inseguros, como os ultraprocessados. A indústria alimentícia tem o poder de produzir com o menor valor possível ao adicionar ingredientes adversos ao que seria tradicionalmente considerado alimento. Esses alimentos são amplamente inseridos na sociedade por meio da publicidade e propaganda, que ditam moda, costumes, padrões, e tem relação de causa-consequência com a expansão do número de pessoas obesas e com problemas relacionados aos altos índices de gorduras, açúcares, sódio e químicos inseridos.

Um indicador dessa tendência, apresentado por Moomaw (2012), refere-se à projeção de aumento do número de casos de diabetes até o ano de 2030, relativo a 2000, sendo que os números mais expressivos devem ocorrer no Oriente Médio (164%), na África Subsaariana (162%), Sudeste Asiático (161%), Índia (150%), América Latina e Caribe (148%), atingindo um total de 242 milhões de pessoas (DE PAULA, 2017, p.141).

A fome foi o principal motivo pelo qual a modernização foi levada ao campo, mas a obesidade é uma das externalidades, visto que 1,5 bilhão de pessoas no mundo estão com sobrepeso ou obesas (FAO, 2017), bem como com outras doenças engatilhadas pela chamada “superalimentação”⁵⁴. A ineficácia desse sistema agroalimentar não afeta somente quem não

⁵³ Controlando mais de 70% do mercado de refrigerantes no México, a Coca-Cola patrocinou o congresso da associação Mexicana de Diabetes em 2013, e também patrocina uma organização que incentiva a realização de exercícios físicos, a *Exercise in Medicine* (DE PAULA, 2017).

⁵⁴ Caracterizada pelo consumo de açúcares e gorduras saturadas oriundas de alimentos ultraprocessados, a superalimentação também é a ingestão dessas substâncias em detrimento a minerais, fibras e vitaminas, necessários para o funcionamento saudável do corpo.

tem acesso a alimentos, afeta também quem tem apenas acesso a alimentos ultraprocessados, incentivados pela universalização do padrão de consumo.

Esse sistema agroalimentar sobrevive omitindo suas externalidades e propagando a mensagem de que se preocupam com a alimentação, saúde e bem-estar das pessoas. Usam do pretexto de desenvolvimento sustentável para dizer que são “verdes” e que têm visão do futuro. Mas a realidade é que o atual regime alimentar não consegue sanar a crise de insegurança alimentar porque seus meios são insustentáveis e promovem a desigualdade. Quando nos localizamos neste sistema, é preciso buscar meios para sobreviver e planejar melhores métodos para modificar o modelo de produção agrícola.

3.3 Como Superar a Insegurança Alimentar?

Apesar de ganhar grande visibilidade no cenário político internacional, a insegurança alimentar continua desafiando a FAO. Tentar erradicar a fome por meio de ajuda humanitária é uma medida paliativa e não demonstra resultados em longo prazo. A “solução” que encontraram de modernizar o campo para maximizar a produção, só fez com que o mercado agroindustrial se transformasse em oligopólios que mudaram radicalmente o padrão de consumo mundial e afetou negativamente a SAN, principalmente ao violar a Soberania Alimentar de bilhões de pessoas. Segundo a FAO, a erradicação da pobreza é fundamental para resolver o problema da SAN, que é baseado em “quatro pilares: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade” (DE PAULA, 2017, p.182).

“Se por um lado os ODM e os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)⁵⁵ incluem a segurança alimentar na agenda do desenvolvimento, por outro projetam um ambiente uniforme entre países integrados pelos mercados globais” (De Paula, 2017, p.187). Como esse ambiente uniforme no mercado global não é uma realidade, a FAO (por meio dos ODS⁵⁶) falha em trazer respostas viáveis para o ambiente profundamente desigual no qual vivemos.

O problema é complexo “dado o caráter sistêmico da crise alimentar, e sua simbiose com as crises financeira, ambiental, política e humanitária” (De Paula, 2017, p. 187) e só caminhará para ser solucionado quando autoridades e figuras públicas entenderem que a

⁵⁵ “ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável” (ONU Brasil).

⁵⁶ Em 2015, a ONU adotou uma agenda mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, os ODS, composta por dezessete objetivos e subdivididos em 169 metas, promete-se que serão atingidos até 2030.

importância desse direito humano primário é maior do que seus interesses imperialistas. Como vimos, o projeto colonialista que configurou a América Latina como inferior no SI é o mesmo que faz perdurar o interesse do alimento mercantil, e não do alimento que nutre.

Renato Maluf (2000) indica, ainda, que políticas públicas acerca da segurança alimentar não devem se preocupar apenas com a questão agrícola e fundiária, é preciso uma “intensa articulação nos diferentes campos de intervenção do Estado, como o agrícola, a saúde, a educação, o trabalho, a tecnologia, o ambiental e no atual contexto de globalização, as relações internacionais” (MALUF, 2000, p.40). É importante destacar que a sociedade civil tem um papel fundamental e deve demonstrar seu interesse acerca das políticas públicas necessárias para garantir seu direito à SAN. Mas há uma ampla desinformação dos consumidores sobre a origem e composição dos alimentos que consomem, e estes não conseguem tomar uma decisão consciente sobre seus hábitos alimentares.

Os impactos socioeconômicos e ambientais das suas escolhas alimentares precisam ser realçados. É fundamental que todos compreendam que a partir das escolhas alimentares pode-se aumentar o poder das grandes corporações alimentares ou, ao contrário, pode-se dar importante contribuição ao desenvolvimento da agricultura familiar que, por sua vez, pode fornecer um alimento seguro, produzido em harmonia com o meio ambiente e revitalizando as regiões rurais (MALUF, 2000, p.40).

A sociedade civil, além de lutar pelo seu direito à informação sobre os alimentos comercializados, organiza-se para contrapor ao modelo de divisão fundiária vigente. No Brasil, a questão fundiária⁵⁷ é efervescente, especialmente nas áreas mais tomadas pelos latifúndios. A busca por equidade social deve ser direcionada para uma modificação do sistema agroalimentar, que fortaleça a agricultura familiar e das comunidades indígenas⁵⁸.

O agronegócio mostrou ser incapaz de promover a revitalização que o planeta precisa para garantir que as futuras gerações tenham a chance de produzir e ter qualidade de vida. Maluf (2000) indica que a melhor opção para garantir a sustentabilidade do sistema alimentar é fortalecer a agricultura familiar, camponesa e indígena, por meio da reforma fundiária.

⁵⁷ “O Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais. Mesmo depois de assentadas, estas famílias permanecem organizadas no MST, pois a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária.” (MST, 2014)

⁵⁸ Um sério problema fundiário no Brasil é a luta pela demarcação de reservas indígenas. “No Mato Grosso do Sul um pé de soja vale mais que uma criança indígena”; essa frase popular falada do estado demonstra o genocídio que coloca em risco a vida dessas comunidades, para além da questão de insegurança alimentar.

Também é preciso que governos possibilitem o crédito a pequenos agricultores e os incentive a produzir localmente, inclusive para sua subsistência.

Ao pequeno produtor, que produz a maior parte dos diversificados itens alimentícios que consumimos, deve ser garantido o poder de competir igualmente através do acesso ao crédito.⁵⁹ O governo deve, através das compras de alimentos para organismos e programas públicos, dar preferência para produtores locais, para que possam oferecer na merenda escolar, por exemplo, uma alimentação sem químicos, diversificada e de qualidade. É preciso reconhecer e fortalecer os processos artesanais de pequenos agricultores, que guardam tradições alimentares que caracterizam culturas, hábitos e identidades; pois garantir a soberania alimentar é um passo fundamental para alcançar a segurança alimentar.

Em contrapartida, há movimentos – contra-hegemônicos – de alimentação alternativa (vegetarianismo, veganismo, *slow-food*⁶⁰) que buscam resgatar hábitos alimentares mais tradicionais, locais e naturais. Um Exemplo é a agroecologia, que se contrapõe ao agronegócio ao resgatar técnicas de produção, valores e saberes do campo com seus ancestrais, mantendo uma profunda preocupação com os aspectos políticos, sociais e morais que a produção familiar e em pequena escala de alimentos (MACHADO, 2014).

Educar a população sobre técnicas ambientalmente (e socialmente) adequadas de produção e incentivar uma aproximação entre produtores e consumidores, são fatores fundamentais para diminuir os custos da alimentação e promover segurança alimentar (MALUF, 2000). Mas esses hábitos ainda são muito restritos a grupos mais instruídos e com nível de renda mais elevado. É preciso que agricultores, consumidores, ambientalistas e *chefs* de cozinha se empenhem em defender este direito humano, e unam-se no movimento contra-hegemônico em favor à segurança alimentar e nutricional.

Para Maluf (2000), essa aproximação entre fonte e destino dos alimentos, reduz a intermediação mercantil ao promover feiras locais e cooperativas. Sendo assim, é importante nutrir uma visão regionalizada de que a América Latina tem potencial para ser autossustentável em alimentos por possuir biomas tão diversos e naturalmente abundantes em

⁵⁹ No continente africano, a questão de gênero se manifesta na Segurança Alimentar, onde as mulheres têm papel principal em toda a cadeia produtiva dos alimentos. Elas chegam a produzir até 50-60% dos alimentos em muitos países da África. A luta é fazer com que os governos lhes garanta o acesso igual aos recursos produtivos (crédito, terra, assistência técnica...) do que garante aos homens. (Maluf, p.12)

⁶⁰ *Slow Food* é uma ONG idealizada por Carlo Petrini nos anos 1980. Essa ONG é um exemplo de movimento contra-hegemônico da sociedade civil, que se posicionou sobre o alastramento de redes de *fast-food* pelo mundo em detrimento da soberania alimentar.

comida. Deve-se procurar, portanto, no sentido de resgatar hábitos alimentares e fortalecer um senso de identidade latino-americana integrada e comunitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As primeiras sociedades conhecidas pela história se organizavam próximas a rios, pois percebiam que a fertilidade da água possibilitava o plantio do próprio alimento e, conseqüentemente, a instalação de cidades, fazendo da agricultura uma atividade milenar e fundamental para a organização da sociedade como conhecemos hoje. Essa percepção da vida que brota da natureza transforma-se em uma relação íntima e, muitas vezes religiosa⁶¹, que civilizações mais antigas nutrem com a terra. Se agricultura é o vínculo da humanidade com a natureza, a mercantilização do alimento é responsável pela atual distância entre as pessoas e as origens de sua comida. Esse distanciamento nos faz esquecer que além da nossa geradora de vida, fazemos parte da natureza, pois a Terra é também a nossa casa.

É preciso que entendamos como se deu o processo de mudança nos nossos hábitos alimentares, “seja pelo comércio ou pela invasão, e ainda pela simples migração, novos produtos, plantas, métodos de cultivo e dietas de consumo foram absorvidos pelas sociedades locais” (DE PAULA, 2017, p. 134). A globalização alimentar instaurada pela universalização do padrão de consumo, é uma adversária da soberania alimentar, degradando o patrimônio cultural refletido na culinária de cada povo. Além do sentimento de pertencimento a um lugar, a alimentação traz consigo tradições e costumes, que estão sendo esquecidos e trocados por alimentos ultraprocessados e “americanizados”. Munidos de estratégias publicitárias massivas, empresas de *fast-food* e de ultraprocessados atingem principalmente as populações mais pobres; enquanto que os pequenos produtores não têm condições de usar a publicidade nas mesmas proporções, muito menos de competir com o preço.

Mas a globalização não foi a única responsável pelas mudanças ocorridas no mercado alimentício. O desenvolvimento do sistema capitalista introduziu nos países em desenvolvimento, a Revolução Verde, que alterou a realidade do campo na América Latina. Baseada em uma produção em larga escala e na padronização de produtos, esse fenômeno refletiu diretamente na urbanização, pois pequenos agricultores começam a deixar o campo para fazer parte da massa produtiva da industrialização urbana, para onde a maior parte da comida se destina. (MCMICHAEL, 2000)

⁶¹ *PachaMama* é a deusa suprema de etnias indígenas da região dos Andes (Peru, Bolívia e Argentina) e significa “Mãe Terra”. As pessoas adeptas desta religião acreditam que a força feminina que rege o universo, rege a natureza (animais, plantas e plantações) e nós, eu fazemos parte dela. Para mais informações, acessar: <https://feminismandreligion.com/2018/07/29/pachamama-august-1st-a-day-to-honour-the-great-mother-goddess/>

Entendendo a comida como uma importante ferramenta de barganha e poder, a indústria alimentícia, como concebida, supera o livre mercado e possibilita a existência de oligopólios agroalimentares, que manipulam todo o regime alimentar. Foi possível observar, no corpo deste trabalho, como a universalização dos padrões de consumo foi uma consequência das ações de atores internacionais que desejavam lucrar com a maximização da produção, inerente ao agronegócio. Fazendo isso com a justificativa de acabar com a fome, a população dá ao modelo vigente grande credibilidade e acredita, equivocadamente, que ele cumpre com a sua missão. A desinformação, fruto da manipulação da população pelo Estado e pela mídia, incentiva o agronegócio, e omite as externalidades que este causa ao meio ambiente.

Por essas externalidades, entende-se tanto o dano – irreversível – causado à natureza, como poluição da água, desmatamento, mudança climática, etc., quanto à ineficiência de garantir Segurança Alimentar e Nutricional para uma grande parte da população. O resultado mais perverso da insegurança alimentar, presente no mundo inteiro, é a fome e a desnutrição, mas não se pode esquecer que bilhões de pessoas consomem alimentos ultraprocessados, cuja procedência e constituição são desconhecidas. A falta de vitaminas, minerais e fibras nesses alimentos é compensada por uma quantidade absurda de gorduras, açúcares, sódio e produtos químicos que, além de absolutamente desnecessários para o funcionamento do organismo, são responsáveis por diversas doenças que acometem milhões de pessoas de todas as camadas sociais. Dito isto, é preciso que questionemos os nossos hábitos alimentares para mudar o modelo de produção vigente.

Identificamos, então, o agronegócio e os oligopólios alimentares como alguns dos problemas que levaram ao atual cenário de insegurança alimentar, que parece nunca progredir. Tendo em vista a posição de dependência da América Latina no SI, e levando em consideração que o subdesenvolvimento não é uma fase prévia ao desenvolvimento, e sim, um subproduto do sistema capitalista pode-se deduzir que o futuro do continente não será muito otimista se não houver mudanças drásticas no campo.

Como soluções ao problema de insegurança alimentar na América Latina, em especial no Brasil, procurou-se apontar iniciativas que defendem um modelo de produção mais sustentável e saudável, como a agroecologia. Dentre elas, é preciso destacar a agricultura familiar, que já é responsável pela maioria da comida que chega à mesa, demonstrando a eficiência desta em alimentar as pessoas. Os pequenos produtores, nos quais incluem camponeses e indígenas, conseguem, através da diversificação e rotação de culturas, produzir

alimentos em quantidade suficiente para suas comunidades locais e comercializar o excedente.

É preciso, então, que uma reforma agrária inclua esses atores, que sabem lidar com a terra e a respeitam como fonte de vida, enquanto se incentiva a criação de mercados locais, que favoreçam o consumo de ingredientes sazonais. Uma verdadeira revolução verde seria aquela que promovesse a produção de alimentos nativos e saudáveis, de maneira diversificada, sustentável e produzida por pessoas integrantes de comunidades locais. A aproximação do produtor com o consumidor possibilita que tenhamos maior consciência do que comemos, pois “comer é um ato político” e podemos fazer grandes mudanças se começarmos pela mudança em nós mesmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Marcos. **Divisão Internacional do Trabalho**. 1987.
- ALY JR, Osvaldo. **Água e agronegócio: uma relação a ser mais bem examinada**. 2017.
- ANDRADES, Thiago. GAMINI, Rosângela. **Revolução Verde e a apropriação capitalista**. 2007.
- AYERBE, Luís. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. 2002.
- BETIM, Felipe. **A operação para afrouxar ainda mais a lei de agrotóxicos no Brasil, na contramão do mundo**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/26/politica/1530040030_454748.html>. Acesso em: 22 jul 2018.
- BRITO, Débora. **Tereza Cristina é confirmada para o Ministério da Agricultura**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-11/bancada-ruralista-indica-tereza-cristina-ao-ministerio-da-agricultura>>. Acesso em: 24 jul 2018.
- CASA CIVIL. **Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/>> Acesso em: 28 jul 2018.
- CHÁVEZ, Adolfo. MUÑOZ, Miriam. **Food Security in Latin America**. 2002.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Sobre a CEPAL**. Disponível em <<https://www.cepal.org/pt-br/cepal-0>>. Acesso em: 27 set 2018.
- COSTA, Camilla. **Na contramão de Europa e EUA, Brasil caminha para liberar mais agrotóxicos**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44621328>. Acesso em: 26 jul 2018.
- COSTA, Solange. **Agronegócio, produção de alimentos e Segurança Alimentar na América Latina**. 2016.
- COUTO, Joaquim. **O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch**. 2007.
- DE PAULA, Nilson. **Evolução do Sistema Agroalimentar Mundial: contradições e desafios**. 2017.
- ECONOMICS DISCUSSION. **Big Push Theory of Economic Development**. Disponível em: <<http://www.economicdiscussion.net/economic-theories/big-push-theory/big-push-theory-of-economic-development-economics/30177>>. Acesso em: 20 nov 2018.
- FABER, Marcos. **O entre guerras: o american way of life e a crise de 1929**. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/contemporanea/entreguerras.htm>>. Acesso em: 20 set 2018.
- FRANK, Andre. **The development of underdevelopment**. 1966.

- FREEMAN, Richard. **The Windsors' Global Food Cartel: Instrument for Starvation**. Disponível em: <https://larouchepub.com/other/1995/2249_windsor_food.html>. Acesso em: 27 set 2018.
- FURTADO, Celso. **El capitalismo global**. 1998.
- GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. 1976.
- GLOBO. **Agro: a indústria-riqueza do Brasil**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/>>. Acesso em: 20 set 2018.
- GRAIN. **Hambrientos de tierra: los pueblos indígenas y campesinos alimentan al mundo com menos de um cuarto de la tierra agrícola mundial**. Disponível em: <<https://www.grain.org/es/article/entries>> . Acesso em 18 jul 2018.
- GREENPEACE. **International**. Disponível em: <<https://www.greenpeace.org/international/>>. Acesso em: 21 set 2018.
- GUERRA, Ramiro. **Latifundio, esclavitud y dependencia economica**. 1927.
- INOCÊNCIO, Maria. **O PRODECER e as tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado**. 2010.
- JÚNIA, Raquel. **Agronegócio não garante segurança alimentar**. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/agronegocio-nao-garante-seguranca-alimentar>>. Acesso em: 20 set 2018.
- KAY, Cristóbal. **El desarrollo excluyente y el campo en la América Latina rural**. 1995.
- LEITE, José. **Descobrimo e encobrimo**. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/estante/1492-o-encobrimento-do-outro-a-origem-do-mito-da-modernidade/>. Acesso em: 08 nov 2018.
- MARINI, Ruy. **Los fundamentos de la dependencia en la economía exportadora**. 1973.
- MACHADO, Luiz Carlos. MACHADO FILHO, Luiz Carlos. **A Dialética da Agroecologia**. 2014.
- MAIA, Alexandre. BUAINAIN, Antonio. **O novo mapa da população rural brasileira**. 2015.
- MALUF, Renato. **Caderno de Segurança Alimentar**. 2000.
- MALUF, Renato. **Segurança Alimentar e o desenvolvimento econômico da América Latina: o caso do Brasil**. 1995.
- MCMICHAEL, Philip. **The power of food**. 2000.

NOTÍCIAS AGRÍCOLAS. **Justiça proíbe uso do glifosato a pouco mais de um mês do início da safra.** Disponível em:

<https://www.noticiasagricolas.com.br/videos/agronegocio/218769-justica-proibe-uso-do-glifosato-a-pouco-mais-de-um-mes-do-inicio-da-safra.html#.W-oiwdVKjIW>. Acesso em: 10 out 2018.

NUN, J. **La marginalidad en América Latina.** 1969.

ORGANIZATION, FOOD AND AGRICULTURE. **O Estado de Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo.** 2017.

PINTO, Aníbal. **La concentración del progreso técnico y del ingreso.** 1965.

PORTAL DBO. **Revista Agro DBO.** Disponível em:

<https://portaldbo.com.br/revistas/revista-agro-dbo/>. Acesso em: 20 set 2018.

PREBISCH, Raul. **La industrialización de América Latina.** 1949.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** Disponível em:

<<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2010/fevereiro/alimentacao-agora-e-direito-constitucional>>. Acesso em: 04 nov 2018.

SANTOS, Theotonio. **El nuevo carácter de la dependencia.** 1967.

SIMIONATTO, Ivete. COSTA, Carolina. **Como os dominantes dominam: o caso da Bancada Ruralista.** 2012.

TEIXEIRA, Aloísio. **Desenvolvimento Econômico: a Arqueologia do debate e a contribuição original de Celso Furtado.** 2009.

THE NEW YORK TIMES. **Paul Rosenstein-Rodan dies; noted adviser on economics.**

Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1985/04/30/us/paul-rosenstein-rodan-dies-noted-adviser-on-economics.html>>. Acesso em: 08 nov 2018.

TORRES, J. **Lista dos principais produtos exportados pelo Brasil em abril de 2017.**

Disponível em: <<https://br.advfn.com/jornal/2017/05/lista-dos-principais-produtos-exportados-pelo-brasil-em-abril-de-2017>>. Acesso em: 17 set 2018.

UNICEF. **UNICEF Brasil.** Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/>. Acesso em: 14 out 2018.